UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O IMPERIALISMO SEGUNDO DAVID HARVEY E A TEORIA MARXISTA CLÁSSICA

Aluno (a): Mariana Caetano Ramos Moreira
mcrmoreira@gmail.com
Matrícula nº: 106030923

Orientador (a): Prof. Ronaldo Fiani
fiani@ie.ufrj.br

SETEMBRO 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O IMPERIALISMO SEGUNDO DAVID HARVEY E A TEORIA MARXISTA CLÁSSICA

Aluno (a): Mariana Caetano Ramos Moreira
mcrmoreira@gmail.com
Matrícula nº: 106030923

Orientador (a): Prof. Ronaldo Fiani
fiani@ie.ufrj.br

SETEMBRO 2011

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer imensamente ao professor Ronaldo Fiani por ter aceitado me orientar, pelo seu incentivo, paciência e competência. Sua dedicação e auxílio foram fundamentais para este trabalho, assim como para minha formação como economista.

Também não poderia deixar de agradecer aos meus queridos amigos de graduação pelos tantos momentos de alegria, reflexões e troca. Gostaria de registrar minha especial gratidão à Íris, Elisa e Olivia, que encheram de significado a palavra *companheirismo* e deram leveza às dificuldades desta jornada.

Finalmente, agradeço à minha mãe pelo apoio, incentivo e amor incondicionais que sempre me deu, não só no processo de elaboração dessa monografia, mas ao longo de toda a minha vida. Por ter, sempre, estimulado e prezado por minha educação, preparando-me para a vida e para o mundo ao me oferecer tantas oportunidades de crescimento e aprendizagem.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....6
CAPÍTULO I – A Teoria Marxista Clássica do Imperialismo.....9
I.1 Contextualização.....9
I.2 Conceitos e Definições.....10
I.3 Os Termos do Debate Marxista.....11
I.1.1 Rosa Luxemburgo.....11
I.1.2 Lênin e Bukharin.....17
CAPÍTULO II – Uma abordagem Crítica da Teorização Clássica.....23
II.1 Os Limites da Teoria Clássica.....23
II.2 Os Termos do Debate Contemporâneo.....32
CAPÍTULO III – O Novo Imperialismo: A Teoria de David Harvey.....36
III.1 Conceitos e Definições.....36
III.2 Instrumentos do Novo Imperialismo.....41
III.2.1 A Opressão Via Capital.....42
III.2.2 Acumulação Via Espoliação.....45
III.2.3 A Coerção Consentida.....48
CONCLUSÃO.....55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....57

INTRODUÇÃO

O século XIX foi marcante na história do capitalismo para sua afirmação e a plena consolidação de suas estruturas: a democracia liberal-burguesa já tinha suas formas bem delineadas num Estado forte e aparelhado e o advento da Segunda Revolução Industrial possibilitou que o capitalismo alcançasse uma dimensão ainda mais significativa ao redor do globo. Esta constelação de elementos criou então as condições para o deslanche do imperialismo capitalista, cujo ponto de partida pode ser considerado a partilha da África, em 1885, seguida de uma série de guerras imperialistas que eclodiu envolvendo as principais potências (BUGIATO, 2007).

Os acontecimentos do último quarto do século XIX estimularam, assim, uma reflexão mais profunda acerca do conceito de imperialismo. Em todas as linhas de sua análise, era de comum acordo que tratava-se de disputas bem equilibradas entre as potências capitalistas. Depois da Primeira Guerra Mundial, foi cada vez mais difundida e aceita a idéia de que este sistema de guerra e paz, agora levado às últimas consequências, não podeira perdurar. Até o final do cenário de guerra, houve uma profusão das teses, em sua maioria marxistas, como a de Rosa Luxemburgo, Lênin e Bukharin, de que o imperialismo consistiria na última fase do capitalismo (ALVES, 2008).

No entanto, estabelecida a conjuntura do pós-guerra e uma certa estabilidade, o mesmo sistema capitalista foi capaz de proporcionar, a um mundo destruído pela guerra, longos anos de plena prosperidade, assentados no Estado do Bem-Estar Social e numa sociedade de consumo de massa, nos moldes do fordismo e taylorismo, deixando gradualmente de ser questionado. O período foi marcado por diversos acordos e órgãos multilaterais de caráter político, econômico e social, como é o caso, por exemplo, da ONU (Organização das Nações Unidas), do FMI (Fundo Monetário Internacional), da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), e da OMC (Organização Mundial de Comércio). Ocorreu, paralelamente, um processo de emancipação das ex-colônias do Terceiro Mundo e a sua reinserção na divisão Internacional do Trabalho, provocando, consequentemente, uma internacionalização da produção capitalista através da

multiplicação das multinacionais. Este conjunto de eventos deu uma maior amplitude às teses super-imperialistas de Karl Kautsky, acreditando que a tendência era mesmo a de uma paz perpétua e da cooperação e convergência dos interesses internacionais (ALVES, 2008).

Nesta ilusão para além do imperialismo, o cenário econômico era de estabilidade e, em alguma medida, o político também o era: o mundo encontrava-se numa bipolarização possibilitada pelas severas consequências da guerra e da crise de 29 provocadas pelo sistema capitalista vigente, representado pelos Estados Unidos, trazendo o socialismo russo como alternativa. A estabilidade vinha do fato de haver pouca ou nenhuma possibilidade de um confronto armado, por tratar-se de armas nucleares com total poder de destruição. Nesse contexto da Guerra Fria, a problemática do imperialismo passou a aparecer como um conflito centrado nas idéias de desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre países centrais e periféricos, especialmente na América Latina, palco de grandes debates teóricos no decorrer dos anos sessenta do século XX.

Os problemas das décadas de setenta e oitenta do mesmo século vieram para reorganizar as perspectivas e gerar uma dispersão da discussão. Durante muito tempo não se viu o termo "imperialismo", seja nos discursos socialistas, na imprensa ou na própria literatura do tema. A década de noventa, por sua vez, chegou para selar o deslocamento que se vinha produzindo do conceito através do eufemismo "globalização". Mas o sistemático comportamento adotado pelos Estados Unidos na política internacional com cada vez maiores traços de unilateralismo acelerou o ressurgimento do debate e o tema do imperialismo fez-se inadiável. O desaparecimento da figura da União Soviética e as guerras contra o "Terror" abriram espaço para o questionamento da natureza desse fênomeno que tomava proporções crescentemente violentas, principalmente sob o comando de George W. Bush (BORÓN, 2007).

Num mundo de direitos e valores morais e éticos bem definidos, a volta do imperialismo teria de ser repensada e seu significado reformulado pelo discurso neoliberal norte-americano: teve de abandonar seu rosto ofensivo, egoísta e discreto para vestir-se de uma missão humanitária, civilizatória, protetora, assumida pelos Estados Unidos. Diferentemente do início do século, este imperialismo declarado tinha sua principal

característica alterada: tratava-se de um imperialismo de um só país. Logo, esta conjuntura inédita precisou de uma releitura das teorias clássicas (BORON, 2007).

Uma série de autores contemporâneos, se propuseram a teorizar a respeito da natureza e dos limites desta nova fase da acumulação, à luz do que, anteriormente, ergueram os clássicos do tema. Assim, o objetivo deste trabalho é confrontar o novo conceito de imperialismo formulado por David Harvey com a teoria marxista clássica, através da exposição das contribuições teóricas de alguns dos seus principais autores, ressaltando pontos de semelhança e de diferença.

Nesse esforço, o primeiro capítulo introduzirá o debate sobre o imperialismo travado no início do século XX, através de sua contextualização, destacando o pensamento dos autores clássicos do imperialismo sob as figuras de Lênin, Bukharin e Rosa Luxemburgo. O segundo capítulo dará lugar a uma confrontação geral com a teoria clássica, expondo os seus limites, além dos novos termos e nomes do debate. Por fim, o terceiro capítulo foi reservado à análise de um dos principais formuladores das teorias contemporâneas do imperialismo, David Harvey, à luz do referencial clássico. Com isso, o trabalho tentará mostrar, amparado nos autores escolhidos que, a despeito da importância do arcabouço teórico clássico para a compreensão do imperialismo capitalista, o delinear de seus novos contornos são fundamentais para o entendimento da sociedade capitalista e do futuro da ordem mundial.

CAPÍTULO 1 – A TEORIA MARXISTA CLÁSSICA DO IMPERIALISMO

Este capítulo tem por objetivo apresentar as teorias marxistas clássicas do Imperialismo, através dos nomes de Rosa Luxemburgo, Vladimir Lênin e Nikolai Bukharin. Para isso, teremos, antes, uma breve apresentação do contexto político e teórico que envolveu a discussão dentro da qual inseriram-se as suas respectivas contribuições.

I.1 Contextualização

Como dito anteriormente, entre o final do século XIX e o início do século XX, as principais potências capitalistas industrializadas colocaram em prática agressivas políticas de expansão territorial, iniciando o que viria a ser chamado de corrida imperialista, alcançando seu poder político uma difusão espacial do tamanho do globo terrestre. Surgiu, portanto, a necessidade de enfrentar as novas questões trazidas naquelas circunstâncias específicas, e a palavra imperialismo, cada vez mais associada ao sentimento nacional, ganhava espaço crescente na literatura da época. Até a Primeira Guerra Mundial, já estavam definidas as principais vertentes do debate: a Reformista e a Revolucionária (ROIO, 2006).

O economista e reformista inglês John Hobson foi o primeiro a arriscar-se no terreno das interpretações críticas do imperialismo, com seu livro *Imperialismo*, de 1902. Em curtas linhas, para ele, as causas do imperialismo deveriam ser explicadas por fatores não-econômicos, apesar de desenvolver extensamente teorias subconsumistas. Hobson influenciou toda a produção posterior, inclusive as marxistas (BUGIATO, 2007, p.128).

Ainda no início do mesmo século, as transformações no modo de produção capitalista foram também tratadas pelo marxismo revolucionário, como por Rudolf Hilferding (*O Capital Financeiro*), que constrói a base teórica sobre a qual Rosa Luxemburgo (*A Acumulação do Capital*), Karl Kautsky (*O Imperialismo*), Nikolai Bukharin (*A Economia Mundial e o Imperialismo*) e Vladimir Lênin (*Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*) virão a desenvolver suas contribuições (LEITE, 2010).

Esse grupo caracterizaria os formuladores da teoria marxista clássica do imperialismo que, apesar de bastante heterogêneo e muitas vezes até dissidentes no campo teórico, tinham em comum a determinação de desvendar a natureza, as causas e consequências desse novo e ainda desconhecido momento do capitalismo. Suas obras foram todas publicadas no âmbito da guerra e da corrida armamentista que a precedeu. A iniciativa de Lênin foi a última desta primeira leva de esforços marxistas de teorizar sobre o tema e, por esse motivo, foi muito influenciada por todas as outras antes escritas, sendo possível dizer que constitui uma síntese das teorias clássicas do imperialismo, além de ser considerada a grande referência sobre o tema (LEITE, 2010).

I.2 – Conceitos e Definições

O Imperialismo, no seu sentido mais básico e genérico, é frequentemente pensado como uma política de expansão territorial, através da anexação de um Estado por outro, deixando de lado questões como: que tipo de relação de poder existe entre estes agentes; em que ponto do desenvolvimento capitalista se encontram e, principalmente, se este é um conceito datado, específico, ou se se refere à toda e qualquer política de conquista.

Trata-se de um conceito carregado de significado e, para defini-lo, como nos ensinou Lênin, não podemos "esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento" (LÊNIN, 2008, p.90). O termo pretende explicar um processo complexo dentro da Economia Política Internacional, cuja definição pode ser considerada uma das mais ecléticas dentro da teoria marxista (ALVES, 2008). Ainda assim, é possível reunir três de seus elementos principais: o processo de acumulação do capital, a divisão do desenvolvimento do capitalismo em etapas, e uma hierarquização das relações de poder entre as nações.

Existia, portanto, a urgência de entender e desenvolver, no contexto da Primeira Guerra Mundial, o conceito que parecia defini-lo, delineando, então, os termos do

problema teórico e político que seria o imperialismo (BUGIATO, 2007). Se Karl Marx não teve a preocupação de desenvolvê-lo enquanto conceito teórico, os formuladores da teoria marxista clássica do imperialismo que interessam a este trabalho – Lênin, Bukharin e Luxemburgo – o fizeram, em obras de enorme importância para a colocação do problema, previamente citadas (ALVES, 2008).

I.3 Os Termos do Debate Marxista

I.3.1 Rosa Luxemburgo

No ano de 1913 é lançada aquela que é por vezes considerada a mais importante obra de Rosa Luxemburgo e, provavelmente, sua maior contribuição ao desenvolvimento da teoria marxista, *A Acumulação do Capital;* nesta obra, discute-se o tema do imperialismo a partir da tentativa de resolver um problema a seu ver pendente na obra de Marx, concernente à reprodução ampliada do capital (ROIO, 2006). Segundo Rosa (1985),

> *Devido a seus próprios pressupostos, (Marx) não consegue explicar-nos o processo de acumulação da maneira como ele se impõe historicamente. Qualquer que seja o prisma sob o qual abordemos as alterações do modo de produção dentro do processo de acumulação, elas não podem realizar-se sem ferir as relações fundamentais do esquema de Marx* (1985, p. 235).

Não obstante os vários pontos de crítica, vamos abordar exclusivamente, para não fugir ao escopo do trabalho, a questão da autossuficiência do regime capitalista. A esse respeito, a tese central de Marx é a de que, admitindo a reprodução ampliada, o capital seria capaz de ser acumulado indefinidamente, sem limites externos, dentro de um regime

fechado, numa sociedade composta por apenas dois agentes, capitalistas e operários, prescindindo de qualquer estrutura que não a capitalista para sobreviver. Sobre isso, Rosa argumenta:

> *A questão que, antes de mais nada, se coloca é a seguinte: para quem produzem os capitalistas quando não consomem ou se abstêm? Quem realiza a mais-valia que cresce sem parar? O esquema (de Marx) responde: são os capitalistas e somente eles. E o que fazem com essa mais-valia? Usam-na para ampliar sua produção cada vez mais. Esses capitalistas são, portanto, fanáticos adeptos da ampliação da produção, por amor à própria ampliação da produção* (1985, p.230)

Para Rosa, considerando as condições antagônicas de distribuição encontradas num sistema capitalista, Marx teria negado a própria concepção marxista de um processo global, que consistiria em evidenciar a contradição imanente existente entre a capacidade de expansão da produtividade de forma ilimitada, frente a um limitado consumo social - concepção essa que ele próprio registra sob o nome "As Contradições Internas da Lei". Isto posto, Rosa deixa claro que considera lícitos os recursos teóricos da simplificação, apenas enquanto estes não alterarem as condições da problemática, circunstância que ora não se aplicaria (1985, p.239). A partir disto - e na contramão de Marx -, Rosa considerava imprescindível à realização da mais-valia, à sobreacumulação do capital, a absorção sistemática de estruturas não-capitalistas, ainda fora do grande circuito. Assim, aconteceria o processo de exportação e internacionalização do capital ou o imperialismo; seria o resultado de um movimento lógico da acumulação. A expressão política do imperialismo consistia, portanto, nesta luta pelas estruturas que ainda não tinham sido submetidas ao capital (ROIO, 2006):

> *O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação de Capital em sua competição pelo domínio das áreas do globo ainda não*

> *conquistadas por Ele; no entanto, esse campo que lhe resta para a expansão parace mínimo. É isso que determina a forma de atuação do capital internacional no cenário mundial. Dado o grande desenvolvimento e a concorrência cada vez mais violenta entre os países capitalistas, o imperialismo tanto aumenta em violência e energia o seu comportamento agressivo em relação ao mundo não-capitalista, como agrava as contradições entre os países capitalistas concorrentes* (1985, p. 305)

Rosa argumenta que, se a forma mais efetiva de elevação da taxa de mais-valia e de lucro era através dos constantes aumentos da produtividade do trabalho e barateamento do capital fixo, faria-se necessária, nas suas palavras, "a ultilização ilimitada de todas as matérias e condições que a Natureza e a terra põe à sua disposição. Nesse sentido, o Capital não admite nenhuma limitação. Em sua ânsia de apropriação das forças produtivas com vistas à exploração, o Capital esquadrinha o mundo inteiro, as adquire em todas as culturas e formas sociais" (1985, p.245).

Além da necessidade de outros mercados atribuída a essa tendência inerente ao capitalismo para o subconsumo, havia também a questão do insuficiente crescimento vegetativo da classe operária, que não conseguiria acompanhar as exigências do capital – não haveria, nos esquemas de Marx, capacidade de criar o seu suposto Exército Industrial de Reserva, uma força de trabalho adicional, apenas com o fluxo de trabalhadores vindo das áreas capitalistas. E essa força de trabalho, afirma Rosa (1985, p.249), "o capital encontra geralmente presa a condições de produção arcaicas, pré-capitalistas, das quais precisa ser previamente libertada". Essa seria a natureza do imperialismo: a necessidade de rápida inclusão de novos territórios que possam prover e garantir o abastecimento do capital em matérias-primas, força de trabalho e mercado de consumo.

As conquistas coloniais eram, portanto, um imperativo; mas uma vez findas, esgotados os territórios virgens ao capital, o capitalismo esbarraria, enfim, no seu limite, e direcionar-se-ia para o colapso, dada a impossibilidade de seguir acumulando. Rosa Luxemburgo não se prendeu a responder às grandes questões dentro de fórmulas gerais

para explicar o funcionamento do modo de produção capitalista, mas preocupou-se mais em questionar como se manifestariam as contradições inerentes ao capitalismo a longo prazo (VARES, 1988).

Na sua interpretação do processo de acumulação capitalista, poderiam ser distiguidas três fases: a) desapropriação e aniquilação do que chama de economia natural, podendo ser entendida como formas não-capitalistas de produção, b) a luta contra a economia mercantil e c) a concorrência do capital na arena internacional pelas "condições restantes de acumulação", ou seja, pelas áreas não-capitalistas (LUXEMBURGO, 1985, p.253). Pode-se ainda reduzi-las a dois aspectos mais gerais, que ocorrem paralelamente um ao outro: o primeiro desenvolve-se nos centros produtores de mais-valia, num processo puramente econômico que toma lugar nas fábricas e no mercado, e diz respeito a capitalistas e operários. O outro é aquele processo ao qual viemos dando destaque, entre o capital e as formas de produção não-capitalistas, e tem o mundo como sua área de atuação. Neste último, por sua vez, as infinitas formas assumidas pelos instrumentos políticos tornam difícil de distinguir o processo econômico propriamente dito que estaria por detrás.

Apesar de não aprofundar-se nem separar meticulosamente cada etapa do processo, Rosa também considerava o imperialismo como a fase da concorrência capitalista internacional, como fariam Lênin e Bukharin posteriormente. Ao longo de todo o século XX, as características dessa nova fase teriam sido explicitadas através da industrialização e emancipação de antigas colônias, mudando a forma de dominação do capital. Os antigos modos de produção deveriam ser compatíveis com as necessidades impostas pelos novos tempos (1985, p.287).

Nesse sentido, os empréstimos externos desempenhariam papel fundamental, principalmente, para a construção de ferrovias, que poderiam ser pensadas como um bom termômetro para o nível de penetração do capital (1985, p.288). O importante é que o capital acumulado e exportado para o exterior, seja sob a forma destes empréstimos, seja sob a sua forma acionária, encontre outra vez novas possibilidades de produzir e realizar a sua mais-valia. A exportação de capitais é, para Rosa, menos uma fase marcante do capitalismo financeiro, uma luta política, e mais um movimento natural, intrínseco do

capital, que pretende solucionar seus problemas de realização. E por trás destas e de outras obras do capitalismo, sempre de caráter civilizador às outras sociedades, haverá, necessariamente, o militarismo "à espreita, como executor da acumulação" (1985, p.300).

Rosa, no entanto, não coloca o papel do Estado em evidência, como um dos principais agentes do imperialismo, nem chama atenção, a cada oportunidade, para uma aliança deste com o capital, mas deixa claro que, com a concorrência interimperialista, haveria um estreitamento dos vínculos entre o Estado e os interesses capitalistas, tendo como consequências imediatas a militarização e a guerra (ROIO, 2006). A violência do capital que ressalta no trecho abaixo seria personificada na figura do Estado:

> *Para tirar os meios de produção e a força de trabalho delas ("economias naturais"), e transformá-las em compradores das suas mercadorias, o capitalismo procura, voluntariamente, destruir sua unidade formal de entidade social autônoma. Esse método é o mais conveniente aos objetivos do capitalismo, já que é o mais rápido e lucrativo. Outro aspecto desse método é o que se relaciona com o militarismo ascendente. A política desenvolvida pelos ingleses na Índia e a dos franceses na Argélia constituem exemplos clássicos do emprego desses métodos. O capital não conhece outra solução senão a da violência, um método constante da acumulação capitalista no seu processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje. É a consequência direta do choque que se estabelece entre o capitalismo e as formações que, na economia natural, interpõem barreiras à sua acumulação.* (1985, p. 255)

Logo, só há capitalismo enquanto há áreas não-capitalistas a se inserir na grande circulação. Pode-se extrair, potanto, desta sua análise, que Rosa Luxemburgo não via um quadro favorável ao capitalismo, o qual, cedo ou tarde, criaria as condições para sua própria derrocada, levando em conta que o processo de expansão faria parte da dinâmica do sistema. Não fosse a transgressão das fronteiras nacionais, e a sobrevida oferecida pela

possibilidade das conquistas coloniais, a crise terminal do capitalismo já teria sido antecipada.

Assim, o sistema capitalista estaria condenado desde seu princípio, mas sua condição limitada só viria a se manifestar na forma do imperialismo, quando não haveria mais meios para a superação de suas restrições e rumaria, enfim, à sua destruição. Não porque estivesse maduro, pronto para o socialismo, como proporiam Lênin e Bukharin, mas porque não teria alternativa diante do colapso de suas estruturas, do limite encontrado em sua dinâmica de acumulação: o Imperialismo seria o último movimento contraditório do capital na sua trajetória histórica.

Rosa conclui, desta forma, que o capitalismo vive e se desenvolve apenas destruindo aquelas condições que possibilitam a sua existência, ou seja, as áreas não-capitalistas do mercado mundial que acabam se transformando, pela própria lógica da penetração econômica do capitalismo, em novas áreas capitalistas (VARES, 1988). A solução, ainda que com prazo de expiração, residiria na contradição dialética do movimento de acumulação. Nas palavras de Rosa (1985, p.286), "os esquemas marxistas de reprodução seriam apenas a expressão teórica daquele momento em que a dominação do capital terá alcançado sua última barreira, sendo, dessa maneira, uma ficção teórica."

A negação das possibilidades do sistema capitalista no longo prazo e a contundente crítica a Marx provocaram uma repercussão bastante polêmica da tese de Rosa Luxemburgo, tanto nos meios marxistas como nos conservadores. De qualquer modo, o contexto das guerras que se seguiu à sua análise reafirmou, em certa medida, a força de suas idéias referentes ao sistema capitalista. Ainda hoje, *A Acumulação do Capital* pode dialogar com a realidade do capitalismo no que tange às relações das áreas capitalistas com a periferia do sistema, guardadas as proporções e levando em conta as transformações que sofreram o sistema mundial e o imperialismo. Por outro lado, deve-se reconhecer que, a despeito da relevância das teses de Rosa, o sistema capitalista, na sua infinidade de recursos e instrumentos, vem conseguindo prolongar sua vida útil para além daquela que a autora havia previsto (VARES, 1988).

I.3.2 Lênin e Bukharin

Nicolai Bukharin e Vladimir Lênin estiveram lado a lado no processo pré-revolucionário russo e escreveram suas contribuições teóricas ao imperialismo na mesma época. Os dois autores exploram de forma cronológica os movimentos do grande capital desde o seu primeiro estágio, o da concentração e centralização, até o que Lênin chamou de supermonopólio[1]. Para ambos, a sociedade capitalista só poderia manter-se em relativo equilíbrio à custa de graves crises, por ter-se erguido sobre elementos cada vez mais antagônicos (BUKHARIN, 1984, p.95), como os monopólios e a livre concorrência, os lucros extraordinários dos cartéis e o "comércio honesto" (LÊNIN, 2008, p.119). Ambos fazem um esforço para denunciar os "laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo" (LÊNIN, 2008, p.15):

> *O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas daquelas características fundamentais começaram a transformar-se na sua antítese. Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, deveria-se dizer que é a fase monopolista do capitalismo* (2008, p.89)

Bukharin (1984) coloca que o imperialismo é absolutamente historicamente determinado: "o imperialismo é uma política de conquista, mas nem toda política de conquista é imperialismo" (1984, p. 107). Assim como Clausewitz, em seu *Da Guerra*,

[1] "À medida que foi-se aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas, as relações com o exterior, a marcha natural das coisas levou à constituição de cartéis internacionais. É um novo grau de concentração mundial do capital e da produção, um grau incomparavelmente mais elevado que os anteriores" (Lênin, 2008, p.67).

deixa claro que a guerra é uma continuação da política por outros meios, Bukharin diz ser a política, por sua vez, uma continuação de certas relações de produção. Mais especificamente, qualquer política das classes dominantes serviria como um instrumento à reprodução simples e ampliada de algum modo de produção (1984, p.105).

Lênin (2008) procura expor aquilo que entende por um problema econômico fundamental, a essência do imperialismo. Segundo ele, sem esta compreensão não se poderia analisar a sociedade capitalista e sua dinâmica, a qual parece ser ditada por formas pacíficas e não-pacíficas de se fazer política, oscilando entre períodos de guerra e de paz. Sem esta compreensão, não se poderia ir além no cumprimento da proposta real do movimento comunista, a revolução. Nas palavras do autor, "o imperialismo é a véspera da revolução social do proletariado" (2008, p.14).

O capitalismo seria um sistema que promove sistematicamente desigualdades econômicas entre setores e países, na sua concentração e nas suas formas de dominação, especialmente a colonial. Partindo desta conclusão, logo descartam, Lênin (2008) e Bukharin (1984), a idéia do superimperialismo de Kautsky, já que não consideram qualquer quadro que não o de tensões, conflitos, desigualdade e contestação crescentes entre os Estados. Enquanto poder, território e influência não forem harmonicamente distribuídos, os períodos de paz serão tão duradouros quanto forem as alianças[2]; a dinâmica do sistema é a disputa permanente. Bukharin, apoia-se em Hilferding quando este diz que: "um cartel universal, capaz de orientar a totalidade da produção e de suprimir assim as crises seria economicamente possível. Social e politicamente, no entanto, esse empreendimento é irrealízável, visto que o antagonismo de interesses conduziria forçosamente à sua derrocada" (1984, p.130).

Lênin (2008) escreve que o primeiro movimento do capital na direção do imperialismo seria o notavelmente rápido crescimento, seguido da concentração do setor industrial. Observaria-se um interesse comum à elite empresarial, e esbarraríamos na primeira contradição: teria-se abandonado o pressuposto da livre concorrência dos

[2] Lênin diz: "sob o capitalismo, não se concebe outro fundamento para a partilha das esferas de influência, dos interesses, das colônias, etc, além da força de quem participa na divisão, econômica, financeira e militar. E esta força não se modifica de forma idêntica, visto que é impossível o desenvolvimento igual dos diferentes países. Por isso, as alianças só podem ser, inevitavelmente, tréguas entre guerras" (2008, p.120).

mercados e dar-se-ia início à formação dos monopólios, à concorrência em outras proporções, um tanto mais agressivas e sem precedentes: os concorrentes passam de pequenas unidades produtoras a trustes capitalistas nacionais. Sobretudo na forma da verticalização, ou combinação da produção, prática que possibilita uma vantagem absoluta de custos, um aperfeiçoamento técnico e o controle dos insumos (2008, p.19).

Este período de cartelização da economia guardaria talvez um dos elementos mais determinantes da acumulação, ponto em que as defasagens começariam. Trata-se da socialização integral da produção, na qual todas as esferas da atividade e da vida encontrariam-se à sombra do capital, ao passo que sua apropriação continuaria restrita: muitos consomem, poucos decidem. Paralelamente, e não por acaso, ocorreria a concentração bancária: aumenta a intensidade das operações bancárias no ritmo em que cresce a economia, mas diminue o número dos estabelecimentos que as gerenciam. De modestos intermediários em operações puramente técnicas, os bancos converteriam-se em grandes e poderosos monopólios: quando não são os donos, propriamente, em última instância, controlariam as grandes empresas através da concessão ou restrição de crédito (LÊNIN, 2008, p.31)

Para Bukharin (1984, p.110), os processos de concentração e centralização se alimentariam um ao outro: se a centralização aceleraria a acumulação individual do capital, a concentração, por sua vez, agiria direto sobre a concorrência, eliminando as empresas mais fracas. Esses dois elementos juntos levariam à trustificação da economia. Assim, o que era apenas uma estreita rede de canais, agora centralizaria o capital numa grande empresa capitalista, nacional, a princípio. Decisões tomadas por qualquer unidade econômica que seja estariam subordinadas a um centro único, passando, necessariamente, pela cúpula das grandes empresas. Criar-se-ia, à escala social, a forma de uma distribuição geral privada dos meios de produção, conforme os interesses do grande capital, como já havia registrado Marx. Surgiria, portanto, um novo capitalismo, marcado pela dominação dos monopólios e do capital financeiro - uma união do capital bancário com o industrial - cujos principais “agentes do imperialismo” seriam a burguesia, o Estado, os bancos, e monopolistas industriais, formando uma ampla rede de relações entre si:

> *É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro, do rentier, do industrial ou produtivo. Mas o imperialismo ou domínio do capital financeiro é o capitalismo em seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio da oligarquia financeira* (LÊNIN, 2008, p.59)

Neste ponto em que a acumulação teria alcançado proporções gigantescas, formar-se-ia um enorme excedente de capital – se antes exportava-se mercadorias, agora a mercadoria era o próprio capital. A indústria em expansão contínua prucuraria, então, um complemento econômico agrário, na medida em que o equilíbrio da produção industrial e agrária havia se rompido, o que, levaria inevitavelmente, neste contexto histórico específico, à subordinação dos países agrários via uso da força militar (BUKHARIN, 1984, p.96). O capital precisaria buscar, fora das fronteiras nacionais, novas formas de alocação lucrativa.

Segundo Bukharin (1984), o agravamento das disputas por mercados de consumo, por matérias-primas e por áreas de investimentos – o que considera como os principais objetivos da agenda dos Estados capitalistas – seriam apenas diferentes facetas de um mesmo fenômeno, a saber, "o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção" (1984, p. 95). Com a formação dos cartéis internacionais, experimentaria-se um novo grau de concentração mundial, o supermonopólio. As relações entre grupos capitalistas estariam sendo estabelecidas com base na partilha econômica do mundo, e o Estado encontraria espaço para sua atuação:

> *Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucro; e repartem-no segundo o capital, segundo a força. Qualquer outro processo de partilha é*

impossível no sistema de produção capitalista. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político (2008, p.74)

A democracia seria apenas um pretexto conveniente e convincente para as "políticas de rapina" e dominação do capital financeiro. Bukharin e Lênin olham para um mundo repartido, no qual, se a correlação de forças mudasse, as divergências seriam resolvidas quase sempre na forma da guerra. As alianças interimperialistas consistiriam apenas em tréguas, formas de luta pacífica estratégicas, visto que, cada vez mais, eram acentuadas as diferenças entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial (LÊNIN, 2008).

O papel do Estado nessa luta, agora travada em âmbito mundial, em princípio, limitaria-se à imposição de tarifas aduaneiras e protecionismo. Em seguida, com o desenvolvimento dessas novas formas de concorrência, os trustes capitalistas, numa aliança, lançariam mão de todas as possibilidades do poder do Estado, que nesse contexto deveriam estar reforçadas, preparadas para o que fosse preciso. A despeito dos trustes capitalistas e da concorrência terem alcançado âmbitos internacionais, haveria uma crescente tendência contraditória à nacionalização e ao fechamento das fronteiras; em outras palavras, o capital nacional iria à luta empunhando a bandeira nacional (Bukharin, 1984, p.99).

Para Bukharin (1984), a política do capital financeiro seria precisamente o imperialismo, política essa que implica métodos violentos, pois a ampliação do território nacional é, invariavelmente, a guerra. A anexação imperialista seria apenas e tão somente um caso particular da tendência geral capitalista à centralização do capital, que deve sempre corresponder ao nível da concorrência, agora, sensivelmente ampliado (1984, p.112). Reproduziriam-se, assim, no nível mais alto do conflito internacional, as mesmas contradições. É nesse sentido que esse imperialismo de caráter particular seria o agente responsável pela transformação das relações pré-capitalistas e pela adaptação aos moldes e objetivos do capitalismo financeiro. Trataria-se de uma categoria histórica limitada e, ao mesmo tempo, uma sequência histórica de outras formas de capitalismo. Bukharin completa:

> *O desenvolvimento do capitalismo mundial traz como resultado, de um lado, a internacionalização da vida econômica e o nivelamento econômico; e de outro, em medida infinitamente maior, o agravamento extremo da tendência à nacionalização dos interesses capitalistas, à formação de grupos nacionais estreitamente ligados entre si, armados até os dentes e prontos, a qualquer momento, a lançar-se uns sobre os outros* (1984, p. 97)

Portanto, tentou-se abordar, neste capítulo primeiro, os aspectos fundamentais nas obras de autores importantes à formulação da teoria clássica do imperialismo. Nesse sentido, a análise que foi apresentada de Rosa Luxemburgo (1985) centrou-se no papel das relações entre as áreas capitalistas e não-capitalistas no movimento do imperialismo, como produto de uma necessidade orgânica do capital.

Em Lênin (2008) e Bukharin (1984), discorremos sobre cada uma das etapas que abordam do imperialismo capitalista, desde a formação dos monopólios, os processos de concentração e centralização que os envolvem, a formação do capital financeiro – uma aliança entre o industrial e o bancário – passando pela exportação de capital, à questão da partilha do mundo entre os grupos capitalistas e, em última instância, entre as grandes potências. Além disso, levou-se em conta desdobramentos como a guerra, projeções e impossibilidades, tais como consideravam ser o caso do ultraimperialismo (LEITE, 2010).

CAPÍTULO 2 –UMA ABORDAGEM CRÍTICA DA TEORIZAÇÃO CLÁSSICA

Estudar o Imperialismo unicamente nos termos clássicos, dada a atual fase da acumulação capitalista, implica deixar de lado todas as mudanças incorporadas ao sistema capitalista, agora conformado por uma série de inovações nos seus subsistemas, como no de crédito, no financeiro, por exemplo, e nas formas do Estado, trazendo à tona questões que, segundo Borón (2007, p.6):

> *Dizem respeito às insuficiências da teorização tradicional do imperialismo frente às significativas transformações experimentadas pelo modo de produção capitalista ao longo do século vinte, especialmente a partir da finalização da Segunda Guerra Mundial, as quais vinham pôr em questão algumas das premissas centrais das teorias clássicas do imperialismo formuladas nas duas primeiras décadas do século vinte*

Vamos, então, expor os limites desta teorização, na primeira seção e, na segunda, situaremos alguns dos autores responsáveis pelas formulações das teorias contemporâneas do Imperialismo no debate atual.

II.1 Os Limites da Teoria Clássica

Depois da radical mudança na conjuntura internacional provocada pelo fim do período de guerras mundiais, e por grandes mudanças experimentadas pelo sistema capitalista, a interpretação marxista clássica do Imperialismo, neste trabalho representada por Rosa Luxemburgo, Vladimir Lenin e Nicolai Bukharin, pareceu ficar um tanto deslocada e seu potencial explicativo limitado, em meio a estas novas circunstâncias. A partir de algumas de suas principais premissas, vamos expor as insuficiências destas formulações, de acordo com Atílio Borón (2007).

A primeira das premissas aborda o imperialismo como um tipo particular de resolução das crises orgânicas do capitalismo. Excessos demográficos, excedentes de capital, falta de mão-de-obra e matéria-prima, todos esses problemas seriam solucionados pelas políticas imperialistas, pela expansão do capital para além das fronteiras nacionais. Mas quando o mundo vive, após o término da segunda guerra mundial, um longo período de crescimento e prosperidade do capitalismo, acompanhado de uma significativa expansão política dos Estados Unidos, esta premissa é imediatamente posta em xeque: "não somente na crise, mas também na prosperidade o capitalismo embarca-se em uma desenfreada expansão imperial" (BORÓN, 2007, p.7).

Outra premissa traduz o fatalismo que a teorização clássica confere ao fato de o conflito armado constituir a inevitável consequência da dinâmica de luta e disputas econômicas, comerciais e políticas entre as grandes potências. No entanto, após o término da Segunda Guerra, foram-se quase cinquenta anos de uma agressiva concorrência, sem, no entanto, desembocar numa afronta mais séria, com o respaldo de um conjunto de órgãos internacionais multilaterais para supervisioná-la de perto e mediar o processo. É importante acrescentar que um possível motivo para a ausência da iniciativa bélica entre as grandes potências seja a posição hegemônica dos Estados Unidos e a incapacidade de uma resistência militar à altura (BORÓN, 2007):

> *Na fase atual, a partilha territorial foi monopolizada pelos Estados Unidos (com a ocupação do Iraque, Afeganistão, seu crescente controle sobre o espaço da Ásia Central e suas indissimuladas ambições de controlar a Amazônia), mas, ainda assim, conserva toda sua importância na corrida para apoderar-se de preciosos recursos naturais, como petróleo. Não obstante, como não existem, até o momento, potências rivais que se oponham aos desígnios estadunidenses, esta política de anexação e/ou controle territorial não desencadeia novas guerras inter-imperialistas, mas sim a férrea resistência, em alguns casos, dos povos ameaçados* (BORÓN, 2007, p.8)

Outro questionamento às premissas levanta também o fato de que as teorias clássicas "assumem, por definição, a existência de um ambiente não-capitalista", como constata Wood (*apud* BORÓN, 2007, p.8), o que, considerando o mundo de hoje, seria cada vez mais improvável, dado o nível de penetração do sistema capitalista em todas as regiões, em todas as células produtivas de maneira absoluta, como observa Borón: "esse ambiente pré-capitalista agora não existe, pois o capitalismo comanda o processo econômico em escala global e na quase absoluta totalidade dos países do globo. E onde não o faz, como em Cuba, seus influxos ainda assim se fazem sentir com força" (2007, p.8). E, ainda assim, o que veríamos é uma expansão contínua da sua dimensão pelo globo, liderada pelos Estados Unidos. A diferença agora seria que, como fisicamente as possibilidades de expansão se esgotaram, o sistema se reinventaria e redescobriria novos canais para a realocação dos seus recursos, diante de fronteiras que não são mais geográficas. Esta condição garantiria, então, que o imperialismo não fosse mais detido pelas condições que antes lhe eram impostas pela teoria clássica (BORÓN, 2007):

> *Na segunda metade do século vinte toda a superfície do globo terrestre ficou submetida às influências das relações capitalistas de produção, as quais, no entanto, não detiveram a expansão imperialista do sistema. Costuma-se dizer que a implosão da União Soviética, o desmembramento do campo socialista e as transformações que estão ocorrendo na China abriram novos horizontes territoriais à expansão do capital. As novas fronteiras cuja conquista o capital agora empreende são econômicas. Esgotados os espaços de expansão territorial o imperialismo volta-se sobre a sociedade e desata um selvagem processo de mercantilização universal* (BORÓN, 2007, p.8)[3]

É igualmente válido, tratando-se das limitações da teorização clássica, examinar uma outra questão que exigiria sua urgente revisão, devido ao surgimento um fenômeno

[3] Sobre o proceso de "mercantilização", Borón continua: "as fronteiras imateriais, ao contrário, são cenários nos quais se travam batalhas sem quartel na corrida para apropriar-se das empresas públicas dos países da periferia mediante privatizações; e converter antigos direitos em rentáveis mercadorias. As privatizações e desregularizações dos serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social, para citar apenas os mais importantes, abrem um enorme espaço imaterial (2007, p.8)

produzido na esteira do funcionamento do capitalismo contemporâneo que esvaziaria aquela leitura de sentido: trata-se do processo aceito e difundido na literatura como *Financeirização*. Vamos tentar abordar o tema de uma maneira introdutória, ainda que os problemas teóricos requeram um tratamento mais detalhado.

O tema do capital financeiro já foi tocado exaustivamente pelos clássicos; todavia estaríamos lidando com uma nova dimensão da penetração das finanças, com uma mutação significativa do modo de produção capitalista (BRAGA, 1997). A despeito dos processos observados assemelharem-se àqueles já relatados pela história do capitalismo, Braga (1997) considera um erro teórico não atualizar o conceito de capital financeiro e restringi-lo à definição clássica de Hilferding, que Lênin (2008) cita concordando:

> *Uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio dos banco, que representa, para eles, o proprietário desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isso, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – ou capital-dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo que chamo de capital financeiro. Capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam* (HILFERDING *apud* LÊNIN, 2008, p.47)

Para entender onde se situa o conceito clássico de *capital financeiro* na evolução do Imperialismo, vamos distinguir três de suas fases, segundo Patnaik (2010). A primeira fase dataria dos períodos de guerra, que vai do início ao meio do século XX, terminando com a Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor indiano, esta fase corresponderia ao capital financeiro, como definido pela teoria clássica:

> *Lenin datava a fase imperialista do capitalismo, que ele associou com o capitalismo monopolista, a partir do início do século XX, quando o processo de centralização do capital levou ao surgimento de monopólios na indústria e entre os bancos. A união dos capitais nessas duas esferas, levou à formação do "capital financeiro", que era controlada por uma oligarquia financeira que dominou ambas as esferas, bem como o Estado, em cada país capitalista avançado. A luta entre capitais financeiros rivais por "território econômico" - não apenas pelos benefícios diretos que esse "território" pudesse prover, mas, mais importante ainda, para manter os concorrentes fora de seus benefícios potenciais - em um mundo que já estava completamente dividido, necessariamente levaria à erupção de guerras e do campo socialista* (PATNAIK, 2010, p.1)

A segunda fase consistiria na transição do capital financeiro clássico para aquilo que ele se transformou hoje. Foi marcada por um sistema que "reflete a nova realidade da dominação do imperialismo dos EUA e um silenciamento das rivalidades inter-imperialistas no novo cenário" (PATNAIK, 2010, p.2). As oligarquias financeiras de Lênin teriam sido enfraquecidas pela guerra, ao passo que a classe trabalhadora teria ganhado força[4], no contexto de um socialismo em franca expansão[5]. Assim, "capitalismo teve de fazer concessões para sobreviver" (PATNAIK, 2010, p.1), entre elas o apoio a muitos dos processos de descolonização do Terceiro Mundo e a abertura para uuma maior atuação dos Estados nas economias. A maior prova disso teria sido a implementação do sistema de Bretton Woods, de 1944, que impunha aos países capitalistas novas regras de gerenciamento econômico, e definia uma nova ordem monetária, o padrão ouro-dólar (PATNAIK, 2010).

Por fim, a terceira fase consolidava o que tinha sido iniciado na segunda: "a hegemonia do capital financeiro internacional, que é a força motriz por trás da hegemonia americana, e na prossecução das políticas neo-liberais" (PATNAIK, 2010, p.2). A

[4] Patnaik usa como exemplos a derrota do Partido Conservador inglês de Churchil após a 2ª Guerra Mundial, e o vertiginoso crescimento dos partidos comunistas na França e na Itália.
[5] Por exemplo, a Revolução Chinesa de 1949, a Revolução Cubana de 1959, e a divisão da Coréia em sul, capitalista, e norte, socialista, aliada à URSS e à China.

dominação do padrão financeiro americano seria o resultado de uma construção muito particular na qual interagem o Estado e o Capital financeiro. O que tem de particular e que possibilitou a dimensão sem precedente desta supremacia foi a existência do dólar como moeda mundial e, consequentemente, da rede financeira que se ramificou e pulverizou-se a partir daí para o resto do globo, reafirmando o poder do sistema financeiro americano (PATNAIK, 2010). Esse Sistema Monetário Internacional não pôde se sustentar e foi abandonado nos anos de 1970, "embora tenha permanecido a posição proeminente do dólar como a forma em que uma grande parte da riqueza do mundo foi realizada" (PATNAIK, 2010, p.2). A outra grande herança que esse sistema trouxe ao mundo foi a "existência uma nova entidade, o capital financeiro internacional" (PATNAIK, 2010, p.2) ou a financeirização.

A definição mais conhecida para o termo talvez seja a de Epstein (2001), quando diz que "Financialization *refers to the increasing importance of financial markets, financial motives, financial institutions, and financial elites in the operations of the economy and its governing institutions, both at the national and international levels*" (EPSTEIN, 2001, p.1). O fenômeno pode também ser pensado como "uma norma sistêmica de riqueza que produz uma dinâmica estrutural baseada nos princípios da lógica financeira" (BRAGA *apud* BRUNO, 2009, p.3), ou, de forma mais completa:

> *Essa norma determina as formas contemporâneas de produzir a acumular a riqueza. Ela não resulta apenas de práticas de segmentos ou de setores específicos tais como o capital bancário e os rentistas, mas caracteriza, em âmbito global, as estratégias de todos os agentes privados relevantes (grandes corporações industriais, famílias, Banco Central, Tesouro Nacional, etc.). Nesse sentido, a financeirização condicionaria as operações de financiamento e de despesas públicas, modificando a dinâmica macroeconômica* (BRUNO, 2009, p.3).

Ocorreria uma mudança no ordenamento do funcionamento da economia financeirizada, tal que o setor financeiro passaria a ser o grande centro dinâmico, deixando de ser subsidiado pelo setor real para então subsidiá-lo. Pode-se entender essa mudança como o advento de um novo tipo de regime de funcionamento econômico, determinando, assim um diferente regime de crescimento econômico, chamado de regime de acumulação dominado pelas finanças. (FONTAINE, 2010).

Assim, entre todas as mudanças que ocorreram ao longo do século XX, desde a estruturação do sistema financeiro, passando pela regulamentação da participação de agentes estrangeiros, ao contexto internacional, que passou de crises a períodos de prosperidade e *boom*, destaca-se a importância relativa que o setor financeiro, a partir de 1980, tem ganhado na economia mundial (FONTAINE, 2010). Segundo Bruno (2009), "o conjunto dessas transformações, que deram origem a essa dominância financeira, revela, de uma maneira geral, uma mudança na natureza do dinheiro, do crédito e do patrimônio" (BRUNO, 2009, p.4). Pode-se, então, dizer que um sistema dominado pelas finanças se estabeleceu desde que o mundo reagiu à crise da década de 1970, que desregulamentou os bancos e permitiu-lhes remodelar a economia.

Portanto, a financeirização como processo macroeconômico significa uma multiplicação de sofisticadas alternativas de aplicação do capital, através de uma gama de novos produtos financeiros mais complexos (derivativos, *swaps*, títulos securitizados, etc.) e do desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação e da informação, "possibilitando um rápido enriquecimento privado através das alocações dos recursos disponíveis, mas sem necessariamente encorajar o investimento produtivo em capital fixo" (BRUNO, 2009, p.2).

Introduzida a noção de *financeirização*, para Patnaik (2010), este fenômeno que renovou o significado de capital financeiro seria diferente do mesmo conceito, na compreensão clássica de Lênin e Bukharin, em pelo menos três aspectos essenciais:

Em primeiro lugar,

> *Enquanto Lênin havia falado sobre a "união" das finanças e da indústria e se referiu ao capital financeiro como capital "controlado pelos bancos e empregado na indústria" – tendo assim, tendencialmente, uma estratégia nacional para a expansão do "território econômico" que também serviria às necessidades de seu império industrial - o novo capital financeiro não é necessariamente ligado à indústria, em qualquer sentido especial. Ele se move ao redor do mundo em busca de ganhos rápidos e especulativos, não importando em que esfera tais ganhos surjam. Ora, o capital-enquanto-finança não tem um interesse especial na produção. É isto, basicamente, o que está envolvido no processo de "financeirização", ou seja, um enorme crescimento do capital-enquanto-finança, puro e simples, na sua busca infrene de rápidos ganhos especulativos* (PATNAIK, 2010, p.3)

Em segundo lugar,

> *O capital financeiro no tempo de Lenin e Bukharin tinha a sua base dentro de uma nação em particular, estando as suas operações internacionais ligadas à expansão do "território econômico" nacional. O capital financeiro de hoje, porém, tendo embora as suas origens em certas nações, é claro, não está necessariamente vinculado a qualquer interesse nacional. Ele se move em torno de todo o mundo e seus objetivos não são diferentes do capital financeiro que tem suas origens em alguma outra nação. É neste sentido que as distinções entre os capitais financeiros nacionais se tornam enganosas. Podemos antes falar de um capital financeiro internacional, o qual, não importando onde se origina, tem este caráter de estar distanciado de quaisquer interesses nacionais*

> *particulares, tendo o mundo inteiro como seu teatro de operações* (*ibidem*, p.3)

E, em terceiro lugar,

> *Esta desinibida operacionalidade global exige que o mundo não esteja dividido em blocos separados ou em territórios econômicos fechados. Os interesses do capital financeiro internacional requerem, portanto, um silenciamento das rivalidades inter-imperialistas. Se esse processo de silenciamento das rivalidades inter-imperialistas começou logo no período pós-guerra, como resultado da esmagadora força econômica e estratégica dos EUA entre as potências capitalistas, é agora sustentado, na atual fase, pela própria natureza do capital financeiro internacional. Dizer isso não é sugerir que não existem contradições entre essas potências ou que elas não estão envolvidos em uma intensa concorrência no comércio mundial, de que as atuais guerras monetárias são um reflexo. Mas tais contradições são mantidos sob controle pela necessidade que têm as finanças globalizadas de manter o mundo inteiro como sua arena irrestrita das operações* (PATNAIK, 2010, p.4)

Deste modo, estes questionamentos direcionados aos pressupostos básicos das teorias clássicas do imperialismo fazem-se bastante elucidativos no sentido de mostrar a urgente necessidade de reinterpretações do processo à luz dos novos tempos. Na próxima seção, apresentaremos brevemente a discussão em que se insere o Imperialismo no debate contemporâneo e os seus principais autores.

II.2 Os Termos do Debate Contemporâneo

O Imperialismo contemporâneo, que recebe denominações tais como imperialismo tardio, novo imperialismo, neo-imperialismo, império, entre outros, serviu de base teórica para que a teoria marxista pudesse reinterpretar a atual fase do capitalismo. Este item presta-se a expor, em grandes linhas, os principais autores que se propõem a esta análise – Robert Went, David Harvey, Gerard Duménil e Dominique Lévy, Peter Gowan, Leo Panitch e Martin Shaw, Spyros Sakellaropoulos, Michael Hardt e Antonio Negri –, assim como as principais questões colocadas pelo debate, segundo Leite (2010).

Uma forma de relacionar estes autores seria agrupando-os segundo seus pontos de convergência: os teóricos contemporâneos do imperialismo estariam de acordo em relação à existência de uma nova fase na qual ingressou o capitalismo, representada pelo aumento da significância do setor financeiro da economia, cujo marco seria a década de setenta. Tomando por base a tese de Lênin, também estariam em consenso em relação à atuação protagonista dos monopólios no atual estágio da acumulação; a exportação de capital seguiria sendo um dos principais movimentos do capital financeiro, em maior magnitude e não mais restrito ao trajeto centro-periferia, mas principalmente dentro do núcleo central do capitalismo; o mesmo ocorreria com a cartelização da economia, deixando os principais ramos da produção mundial nas mãos de poucas grandes corporações, que concorreriam não só fora como dentro das fronteiras nacionais; por fim, o último traço significativo, sobre o qual este núcleo dos teóricos marxistas contemporâneos concorda, seria a respeito da mudança na forma da disputa territorial e das áreas de influência pelas potências capitalistas, uma vez que esta iniciativa concentraria-se agora num único país, os Estados Unidos (LEITE, 2010). Disso, podemos concluir, a partir do posicionamento destes formuladores contemporâneos da teoria do imperialismo, que a essência do imperialismo clássico se manteria em diversos aspectos.

Deste último ponto de concordância, derivam-se, hoje, os grandes debates, que giram, basicamente, em torno dos prognósticos acerca do futuro do imperialismo e da ordem mundial, passando, necessariamente, pela discussão sobre a hegemonia norte-americana. Podemos também subdividir este extenso grupo de novos autores que tratam do tema do imperialismo segundo alguns critérios. Por exemplo, na utilização de um grande e difuso conceito como o de *globalização*. Went (2002-2003), Harvey (2003), Duménil e Lévy (2003, 2004 e 2007) e Gowan, Panitch e Shaw (2001), acreditam que globalização e imperialismo são conceitos coexistentes e confundi-los seria diminui-los. A globalização não é a maneira pela qual se manifesta o fenômeno do imperialismo para este grupo. Sakellaropoulos (2009), por sua vez, não considera teoricamente o conceito de globalização e as suas supostas características são apenas as características de uma nova fase do imperialismo (LEITE, 2010).

Rompendo com o padrão de análise teórica da maioria dos autores já citados, Duménil e Lévy (2003 e 2007), através da construção de uma base empírica, cuidam de fazer uma caracterização da fase atual do imperialismo. A partir disso, dão conta de tecer um conjunto de traços próprios do imperialismo capitalista, que apontam para a tendência à financeirização da economia – já abordada neste capítulo -, que promoveria tipicamente um fortalecimento das finanças e dos interesses financeiros, resultando no que foi chamado de dominância financeira (LEITE, 2010).

Há ainda outra perspectiva segundo a qual é possível agrupar os formuladores das teorias contemporâneas do imperialismo, qual seja a importância que os respectivos autores dão para as fronteiras nacionais, ao papel dos agentes – burguesia, operários e o Estado. Nesse sentido, Hardt e Negri (2001) seriam os únicos a argumentar que há uma ordem capitalista global constituída, com seus proletários e burgueses também globais. Todos os outros, uns mais enfaticamente, outros menos, continuam acreditando, dialogando com os clássicos, que a reprodução do capitalismo ainda se dá dentro das fronteiras nacionais e o papel dos Estados permanece sendo preponderante nesta dinâmica. Portanto, haveria um grupo de autores que seguiria mais de perto as idéias de Kautsky do ultra-imperialismo, como Hardt e Negri (2001) e Gowan, Panitch e Shaw (2001), que acreditariam não existirem mais as disputas inter-imperialistas, enquanto Sakellaropoulos (2009) e Went

(2002-2003) discordariam: teríamos hoje uma grande assimetria no estado de desenvolvimento dos países, que se refletiria na força de cada um no cenário internacional. Mas haveria, principalmente, uma discrepância entre o poder dos Estados Unidos em relação aos demais países desenvolvidos (LEITE, 2010).

Dessa maneira, a rivalidade militar característica também dessa nova fase do imperialismo teria um aspecto bastante diferente, por não se dar no âmbito inter-imperialista, mas do centro para a periferia e sob liderança dos Estados Unidos, como aponta, principalmente, David Harvey (2003). Tratar-se-ia, via de regra, de um país superior militarmente, constrangindo um outro país pouco desenvolvido, sob o pretexto do terrorismo, da segurança global, da democracia e dos direitos humanos, como ilustra o trecho do artigo escrito pelo ex-Presidente dos Estados Unidos, G.W.Bush, para o New York Times (LEITE, 2010):

> *Empregaremos toda a nossa posição de força e de influência sem precedentes para construir uma atmosfera de ordem e de abertura internacionais em que o progresso e a liberdade possam florescer em muitas nações. Um mundo pacífico de crescente liberdade atende aos interesses americanos de longo-prazo, reflete os ideais americanos imorredouros e une os Aliados da América...buscamos uma paz justa, em que a repressão, o ressentimento e a pobreza sejam substituídos pela esperança de democracia, pelo desenvolvimento, pelos livres mercados e pelo livre comércio, que já provou sua capacidade de tirar da pobreza sociedades inteiras. Os Estados Unidos vão promover a moderação, a tolerância, e as exigências não-negociáveis da dignidade humana. A humanidade tem nas mãos a oportunidade de oferecer o triunfo da liberdade sobre todos os seus inimigos seculares e os EUA recebem de bom grado sua responsabilidade pela liderança dessa grandiosa missão* (*Securing Freedom's Triumph*, *The New York Times*, 11 de Setembro de 2002, 133 *apud* HARVEY, 2003, p.14).

Sobre a condução da política externa dos Estados Unidos, existe um enorme debate, que não cabe neste trabalho, que questionaria se ela seria uma demonstração de força ou de fraqueza; em outras palavras, se o imperialismo norte-americano é sinal de crise ou de retomada da hegemonia. Quanto aos prognósticos, outro ponto importante do debate, os autores que discorrem explicitamente a este respeito são Hardt e Negri (2001), que afirmam termos ultrapassado a fase do Imperialismo e estarmos vivenciando agora o Império, ainda um regime de produção capitalista, com novas características. Fundamentam sua análise, principalmente, nas teses subconsumistas de Rosa Luxemburgo, explicando que a globalização é um mercado mundial, que se submete às contradições internas do capitalismo. O Império caracterizaria, assim, a fase do imperialismo em que todos os espaços não-capitalistas já teriam sido incorporados (LEITE, 2010).

Segundo Leite (2010), os autores que vão utilizar a abordagem de Lênin com mais coerência seriam Harvey (2003), Went (2002-2003) e Sakellaropoulos (2009), para os quais o imperialismo constituiria a fase atual do capitalismo, estabelecendo uma sólida ponte entre as interpretações clássicas, guardadas as particularidades e novidades das respectivas releituras. Considera, porém, que a contribuição de Harvey (2003), dentre todas, é a mais original e criativa, que traz grande atualidade à teorização clássica, sobretudo através da sua *acumulação via espoliação*, processo através do qual a classe dominante conseguiria dar continuidade à acumulação, criado a partir do limite do espaço físico para a conquista (LEITE, 2010).

Vamos, então, no próximo capítulo, apresentar a teoria de David Harvey e sua contribuição à formulação contemporânea do imperialismo. Veremos os principais conceitos que o autor desenvolve, usando sempre as referências clássicas, em meio a um panorama geral da evolução do imperialismo capitalista.

CAPÍTULO 3 – O NOVO IMPERIALISMO: A TEORIA DE DAVID HARVEY

A despeito das grandes transformações vividas pelo sistema capitalista, ainda é possível observar a manutenção de alguns dos principais atributos do Imperialismo, em sua natureza atual: ele segue sendo caracterizado pela crescente significância do capital financeiro, pela concentração e exportação do mesmo, pelo processo de monopolização da Economia, pela disputa por áreas de influência, e continua a ser identificado por seu militarismo, belicosidade, espoliação e exaltação ao racismo (BORÓN, 2007). Portanto, poderíamos dizer que ele "conserva sua identidade e estrutura, e segue desempenhando sua função histórica na lógica da acumulação mundial do capital" (BORÓN, 2007, p.14). Vamos agora considerar a revisão do referencial teórico clássico promovida por David Harvey. Na primeira seção, *Conceitos e Definições*, veremos os principais conceitos que o autor desenvolve, usando sempre as referências clássicas, em meio a um panorama geral da evolução do imperilismo capitalista. Na segunda seção, *Instrumentos do Novo Imperialismo*, entraremos no que Harvey (2003) considera os meios e os "outros meios da acumulação" capitalista.

III.1 Conceitos e Definições

David Harvey é um geógrafo de grande renome e um dos principais autores que se entrega à tarefa de revisitar as categorias marxistas clássicas, tentando atualizá-las na forma que exigem as novas circunstâncias. No seu livro *O Novo Imperialismo*, de 2003, expõe de forma bastante clara o seu objetivo: "examinar a atual condição do capitalismo global e o papel que um "novo" imperialismo poderia estar desempenhando em seu âmbito" (HARVEY, 2003, p.11) e, consequentemente, analisar e questionar o tipo de imperialismo imposto pelos Estados Unidos. Tem-se, naquela obra, do princípio ao fim, a história recente das relações internacionais, segundo as intervenções americanas, na tentativa de identificar as forças motrizes por detrás destas ações.

Harvey começa a análise nos anos da Segunda Guerra Mundial, em que "a ideia do Império Britânico ainda tinha ressonância e sentido" (HARVEY, 2003, p.11), mas que ruía rapidamente e "cedia o poder global aos Estados Unidos". A fracassada tentativa de reocupar o Canal de Suez, em 1956, numa parceria anglo-francesa, teria terminado de compor o contexto da decadência. Meio século mais tarde, em 2003, a transição já havia sido feita e a capa do *New York Times* selava: "Império norte-americano: acostume-se com ele"[6].

Desde os conceitos utilizados até a estruturação das sucessivas fases do capitalismo, Harvey (2003) segue de perto a forma argumentativa observada em Lênin, tomando emprestado a sua metodologia cronológica das etapas, mas de uma forma distinta, que envolve uma significativa diferença: para Harvey, o que constitui a fase superior do capitalismo para Lênin, seria, nas palavras de Hannah Arendt, "antes o primeiro estágio do domínio político da burguesia" (ARENDT *apud* HARVEY, 2003, p.43). Ou seja, Harvey, apoiando-se em Arendt, considera o primeiro estágio do imperialismo capitalista aquele em que ocorre efetivamente uma "incorporação parcial da burguesia ao aparelho de Estado" (2003, p.43), como resultado da primeira crise de sobreacumulação capitalista de meados do século XIX. Este período – que chama de *A Ascensão dos Imperialismos Burgueses*, de 1870 a 1945 – teria desembocado em "cinquenta anos de rivalidade e guerras interimperialistas em que nacionalismos rivais tiveram proeminência" (2003, p.55), nos quais "a divisão forçosa do globo e a pilhagem de boa parte dos recursos pelas potências imperiais" (HARVEY, 2003, p.55) acompanharam de perto as previsões leninistas e deixaram explícita a idéia de exportação de capital e de Estados nacionais fortalecidos e aliados à burguesia financeira. Portanto, "a consolidação do poder político burguês no âmbito dos Estados europeus foi uma precondição necessária a uma reorientação da política territorial segundo os requisitos da lógica capitalista" (2003, p.44).

No segundo estágio – chamado pelo autor de a *Construção da Hegemonia Americana no pós-guerra*, que vai de 1945 a 1970 –, Harvey (2003) destaca que o imperialismo teria funcionado "sob a égide do domínio e da hegemonia globais norte-americanos, que promoveram uma época de notável crescimento econômico consistente

[6] IGNATIEFF, *The Burden*, New York Times, 5 de Janeiro de 2003 - citado por Harvey 2003, p.13

nos países capitalistas avançados" (HARVEY, 2003, p. 55) e que "a expansão geográfica da acumulação do capital foi garantida mediante a descolonização e o 'desenvolvimento' como meta generalizada para o resto do mundo" (HARVEY, 2003, p.55). De forma resumida, os Estados Unidos teriam saído da Segunda Guerra Mundial na posição indiscutível de potência dominante e, a fim de mantê-la, "usaram seu poder militar, operações secretas e todo gênero de pressões econômicas para garantir a criação ou continuidade de governos aliados" (2003, p.51).

Por fim, o terceiro estágio seria o da *Hegemonia Neoliberal*, de 1970 a 2000, que veio à tona para responder a uma série de problemas desencadeados pelo segundo estágio, tais como os exorbitantes custos do combate ao comunismo e da guerra do Vietnã, que levaram a uma "crise fiscal do Estado desenvolvimentista[7] no interior dos Estados Unidos e toda a arquitetura financeira internacional do sistema de Bretton Woods entrou em colapso, uma das estruturas internacionais fixas base do superimperialismo dos EUA" (2003, p.57-58). Deste cenário emergiria, segundo Harvey (2003):

> *Um novo tipo de sistema, em que os Estados Unidos reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças. Assim, o capital financeiro passou ao centro do palco nessa fase da hegemonia norte-americana, numa série de manobras desesperadas dos Estados Unidos no sentido de manter sua hegemonia nos assuntos econômicos mundiais. A financeirização lançava sua rede por todo o mundo, concentrando-se num conjunto hierarquicamente organizado de centros financeiros e numa elite transnacional de banqueiros e financistas, associado à emergência de corporações capitalistas transnacionais que, ainda que pudessem ter sua base em uma nação-Estado, se disseminaram pelo mapa do mundo de maneiras impensáveis em fases anteriores do imperialismo. Diferentemente de hoje, os trustes e cartéis que Lênin e Hilferding descreveram estavam todos ligados muito estreitamente a nações-Estados particulares* (HARVEY, 2003, p. 58-62).

[7] Harvey (2003) refere-se a um "contexto keynesiano dos gastos do Estado" (p.54), que teria predominado após a Crise de 1929.

Deste modo, todos os estágios descritos por Harvey teriam surgido de uma necessidade orgânica do capital excedente de se realocar – retomando a tese de Rosa Luxemburgo[8] -, sempre vinculados e liderados por fortes contextos políticos. O primeiro estágio teria entrado em crise quando da sobreacumulação de capitais[9], resultando na abertura dos Impérios fechados através das guerras mundiais. O segundo estágio teria entrado em crise, mais uma vez, pelo mesmo motivo, na crise de sobreacumulação dos anos de 1970, com a "explosão da quantidade de capital fictício em circulação" (2003, p.57), i.e. com a inundação de dólares no mercado mundial, na tentativa de amenizar a crise fiscal americana, porém, sem encontrar oportunidades de lucro[10].

Daí desencadeou-se um processo de estagflação e desaceleração da economia mundial. Ao final da década dos anos 1990, novamente, o terceiro estágio do imperialismo capitalista encontrar-se-ia em crise, na visão de David Harvey (2003). A multiplicação e a natureza da nova forma do capital – o capital fictício, financeirizado – teriam facilitado em grande medida a sua desvalorização, já que seu lastro não necessariamente residia na esfera produtiva e, sim, essencialmente em movimentos especulativos (HARVEY, 2003, p.64), cujas grandes marcas estariam nas crises da dívida e das empresas "dot.com" (HARVEY, 2003, p.61). Para Harvey (2003), este contexto, cujas "raízes estão no emprego desequilibrado do capital financeiro" (HARVEY, 2003, p.65) teria colocado, mais uma vez, a hegemonia americana em risco.

Harvey (2003) deixa a existência de um quarto estágio ficar subentendida, na medida em que retoma uma questão concernente a expansões financeiras, já proposta por Arrighi, assinalando que, historicamente, elas estariam vinculadas "não apenas à maturidade de uma etapa particular de desenvolvimento da economia mundial capitalista como também ao começo de uma nova etapa" (ARRIGHI *apud* HARVEY, 2003, p.65). Sobre esta possibilidade Harvey coloca que: "se a financeirização é um prelúdio provável a uma transferência de poder de um *hegemon* para outro, a virada norte-americana na década

[8] Veremos este tópico de forma mais aprofundada adiante, na próxima seção.
[9] Harvey dá como exemplo a Depressão da década de 30 (2003, p.46)
[10] Segundo Harvey (2003), a política de "armas e manteiga" de Lyndon Johnson – excessiva militarização associada ao consumo de massa - não teria como manter-se, devido ao caráter de curto prazo destes gastos, em relação aos problemas de longo-prazo da acumulação do capital (2003, p.57)

de 1970 teria sido uma manobra peculiarmente autodestrutiva" (2003, p.65), cujos efeitos dramáticos, para a hegemonia americana, só agora teriam começado a aparecer.

Assim, Harvey escreve sua contribuição ao imperialismo neste contexto de "crise do terceiro estágio" e, portanto, ancora sua motivação na busca pelos mecanismos sistêmicos responsáveis pela "sobrevivência do capitalismo durante tão longo período, em meio a múltiplas crises e reorganizações, acompanhadas de sinistras previsões, vindas tanto da esquerda como da direita, de sua queda iminente", os quais considera serem "um mistério que requer esclarecimento" (HARVEY *apud* LEITE, 2010, p. 74).

Dito isso, a fim de explicar a dinâmica que rege os vários fatos que expõe, Harvey (2003) usa os conceitos formulados por Arrighi de lógica territorial e de lógica capitalista, que representariam faces distintas do imperialismo. A primeira, Harvey define como sendo "um projeto distintivamente político cujo poder se baseia no domínio do território para fins políticos, econômicos e militares" (2003, p.31), ao passo que a segunda lógica trataria "dos processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo" (*ibidem*, p.31), em que o imperialismo pode ser pensado como "um processo político-econômico no qual o domínio e uso do capital assumem a primazia" (p.31). A relação entre ambas as lógicas é conflitante, assim como os meios e as motivações de cada uma, motivo pelo qual ora predomina uma, ora outra no processo histórico.

Apesar disso, estas lógicas "se entrelaçam se formas complexas e contraditórias" (2003, p.34) e, neste ponto, Harvey (2003) critica as teorias clássicas do imperialismo, as quais "supõem um fácil acordo entre as lógicas de poder, que Estados e Impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas" (2003: p.149): não se pode analisar os fatos apenas em termos de uma das lógicas. Segundo o autor, elas atuariam em conjunto quando, em momento histórico-geográfico dado, houvesse um excedente de capital e que, para se dar prosseguimento ao processo de acumulação, seja imperativo o alargamento das áreas de influência, ou do controle territorial (2003, p.36). A justificativa dada para este momento específico é tão simples quanto isto: o capital sobreacumulado está sujeito à desvalorização, como vimos nos três estágios do imperialismo capitalista de Harvey.

A partir desta compreensão, entende-se a ideia que Harvey (2003) faz de imperialismo capitalista, caracterizado então pela fusão contraditória das duas lógicas (2003, p.31): “as práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente, à exploração das condições geoeconômicas desiguais”, enquanto, do ponto de vista da lógica territorial, “uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar esse padrão de assimetrias vantajosos para ele” (2003, p.35). Harvey acredita, portanto, que “essa relação dialética cria o arcabouço para uma análise do imperialismo capitalista em termos da interseção dessas duas lógicas” (2003, p.34). Para David Harvey, a observação de Hannah Arendt ajuda na compreensão da contraditória interação das duas lógicas: “o processo ilimitado de acumulação do capital requer a estrutura política de um poder ilimitado, em tal grau que seja capaz de proteger o aumento da propriedade pelo aumento constante de seu poder” (ARENDT *apud* HARVEY, 2003, p.37). No entanto, Harvey (2003) acredita que o motivo pelo qual a expansão política norte-americana, neste contexto do imperialismo capitalista, se distinguiria de outros tipos de imperialismo seria o fato de nela ter uma predominância da lógica capitalista sobre a lógica territorial.

Todavia, Harvey alerta que, num mundo em que vigora o imperialismo capitalista, apesar de haver idealmente um “complexo de arranjos institucionais que servem de mediação aos fluxos de capitais ao redor do mundo e que deveria estar voltado para sustentar e promover a reprodução expandida (o crescimento), sempre é possível a acumulação por outros meios” (2003, p.114).

III.2 Instrumentos do Novo Imperialismo

Vamos, nas próximas três seções, entender a análise que o autor faz daquilo que considera os outros meios da acumulação: *Opressão via Capital*, *Acumulação via Espoliação* e *Coerção Consentida*.

III.2.1 Opressão Via Capital

A trajetória das crises econômicas analisadas por Harvey (2003) começou em meados do século XIX, e seguiu marcando todo o século XX. Entre as mais marcantes estaria a Grande Depressão, na qual a solução encontrada foi o desenvolvimento de um mercado fortemente controlado pelo Estado, bem regulado, voltado para o crescimento econômico. Mais à frente, a próxima grande crise, em início dos anos de 1970, provocada pela sobreacumulação, como já visto na primeira seção deste capítulo, fabricou, por sua vez, uma resposta na direção diametralmente oposta, através de uma profunda desregulação do setor financeiro, o qual, a partir de então, passou a ganhar cada vez mais significância sobre o setor real da economia, estabelecendo o que ficou conhecido na literatura como regime de acumulação dominado pelas finanças ou financeirização. Estas soluções permitiram, cada uma à sua maneira, novas possibilidades de alocação lucrativa para o capital sobreacumulado, através de uma reorganização do espaço econômico. Ambos os contextos de resolução de crises exigiram do Estado um papel importante, porém de maneiras inteiramente diferentes (ALMEIDA, 2006). Na primeira ocasião, o Estado entrou com infraestrutura e investimentos, enquanto na segunda, aparelhado de forma a garantir um ambiente de flexibilização e liberalização para que o capital pudesse transitar e se realocar livremente.

Harvey (2003) usa então o conceito de ordenação espaço-temporal, direcionado às "contradições internas da acumulação, tendentes a gerar crises" (2003, p.77) para designar, nas palavras dele, uma "metáfora para um tipo particular de solução de crises capitalistas por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica" (2003, p.99). Neste termo estão reunidos mobilidade do capital e poder territorial do Estado ao mesmo tempo. Harvey (2003) explica:

> *O ponto central deste argumento vincula-se a uma tendência capitalista crônica, derivada teoricamente de uma reformulação da teoria da tendência de queda da taxa de lucro de Marx, de produzir crises de sobreacumulação. Essas crises são tipicamente registradas como*

> *excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva). Se se deve evitar a desvalorização, é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver este excedente. A expansão geográfica e a reorganização do espaço proporcionam tal opção* (HARVEY, 2003, p.78)

Da mesma maneira, o alongamento dos prazos viabilizaria esse processo, quando "o capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo que precisam de muitos anos para devolver seu valor à circulação mediante a atividade produtiva que sustentam" (2003, p.78). Geralmente, as ordenações temporais fazem parte dos projetos de ordenação espacial, uma vez que estas últimas são sempre acompanhadas de investimentos em infraestrutura. Os espaços produzidos ou reorganizados pelas ordenações são, como já foi visto, assimétricos:

> *Embora a teoria abstrata do capitalismo recorra o tempo todo aos ideais da competição, os capitalistas cobiçam poderes de monopólio porque estes proporcionam segurança, calculabilidade e a existêcia de um modo mais pacífica, além de lucros maiores e estagnação geográfica. É exatamente desses centros que emanam as práticam imperialistas. Lênin estava portanto certo em enfatizar a importante ligação interior entre monopolização e imperialismo. As assimetrias da troca, cruciais para a compreensão da lógica econômica do imperialismo, advêm da competição monopolista* (HARVEY, 2003, p.84)

As ordenações espaço-temporais, comandadas pelos processos moleculares do capital – a lógica capitalista – para buscar alocações lucrativas para os excedentes, produziriam certas "regionalidades"[11] que se especializam e desenvolvem-se – a partir daí agiria a lógica territorial (2003, p.89). Nesse ponto, Harvey (2003) coloca-se a mesma questão formulada pelos clássicos: "o que acontece quando os processos moleculares de construção regional ultrapassam as fronteiras políticas do Estado? Este é, com efeito, o

[11] Harvey (2003) define o termo como "configurações relativamente estáveis, economías regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo"(p.88)

cerne do problema que gera pressões em favor de práticas imperialistas no sistema inter-Estados" (2003, p.92). As ordenações espaço-temporais podem, portanto, ser consideradas como práticas do imperialismo que, como já apontaram Rosa Luxemburgo e Lênin, e resgata Harvey, surge da necessidade intrínseca do sistema de produzir novos espaços ou reorganizar os que já existem como solução das crises e contradições internas do capital (2003, p.77).

Nesse processo, Harvey (2003) observaria um problema crônico de sobreacumulação do capitalismo, desde a década de 1970, quando a esfera financeira passou a prevalecer sobre a real. Por isso, os anos que se seguiram desde então teriam sido marcados por fortes movimentos de volatilidade, tentativas fracassadas de ordenações espaço-temporais do capital (2003, p.93). Daí depreender-se-ia apenas dois desfechos possíveis: o primeiro deles consistiria num crescente aumento dessa "volatilidade inter-regional, cujo efeito é a redução temporária dos perigos agregados de sobreacumulação", significando que "o sistema vivencia uma estabilidade como um todo, mas as partes enfrentam dificuldades periódicas, como desindustrializações e fortes desvalorizações" (2003, p.103); o segundo seria uma "competição internacional crescentemente acirrada, na medida em que múltiplos centros dinâmicos de acumulação competem devido a fortes correntes de sobreacumulação" e, como as oportunidades alocativas são escassas, o resultado desta dinâmica seria a "eclosão de lutas geopolíticas que podem ser convertidas, por meio da lógica territorial, em confrontos militares, assumindo, a ordenação espaço-temporal, uma forma bem mais sinistra ao provocar a destruição de capital". Nesse momento, acrescenta Harvey (2003), "a dialética entre a lógica territorial e a capitalista realiza-se plenamente" (2003, p.105).

A referida produção, renovação e reutilização assimétrica do espaço não seria o único instrumento estratégico que utilizaria o novo imperialismo para viabilizar a continuidade do seu processo de expansão. Harvey (2003) acredita que a acumulação na sua forma puramente econômica, de que tratamos nesta seção, sob o nome de *Opressão Via Capital*, não sobreviveria se não houvesse os meios não-econômicos para garanti-la

(ALMEIDA, 2006, p.255)[12]. Estes meios são novas e adaptadas formas de dominação do imperialismo, muitas vezes familiares ao sistema capitalista, as quais Harvey (2003) chamou de *Acumulação por Espoliação* e *Coerção Consentida* – esta última será desenvolvida no próximo item.

III.2.2 Acumulação Via Espoliação

Harvey (2003) deixa claro que as características próprias da acumulação primitiva descritas pelos clássicos encontram um lugar bastante importante na fase atual da acumulação sob diversas maneiras, entre elas: no êxodo rural, no fim da agricultura de subsistência, na privação da terra aos camponeses, na privatização dos recursos, e principalmente, na absorção e substituição de todas as formas de produção e consumo não-capitalistas (HARVEY, 2003, p.121). Nesse esforço, David Harvey retoma a tese de Rosa Luxemburgo sobre como o capitalismo se relacionaria e se apropriaria das áreas não-capitalistas. Estes mesmos métodos, que Rosa Luxemburgo chamara de *barbárie*, foram chamados por Harvey de *espoliação*[13].

Harvey (2003) concorda com Rosa Luxemburgo quando ela afirma ser o problema da demanda efetiva, gerado pela exploração dos trabalhadores e pelo não consumo dos capitalistas, uma das causas da atividade imperialista, e da expansão geográfica (2003, p.116). Mas não concorda, contudo, quando a autora clássica considera este como o único e grande cerne da questão, na medida em que Harvey considera ter maior relevância, em relação ao subconsumo, a ótica da sobreacumulação, quando o que falta ao sistema são "oportunidades de investimentos lucrativos" (2003, p.117). Harvey aproveitou, no entanto, a necessidade desta relação com o "outro" não-capitalista no argumento de Luxemburgo,

[12] Harvey refere-se a isto como o "duplo aspecto da acumulação" de que trata Rosa Luxemburgo (HARVEY, 2003, p.115)

[13] Segundo o Dicionário Houaiss, a definição de *espoliação*: 1. Privação de bens e direitos legítimos. 2. Usurpação. 3. Roubo.

chamando-a de dialética “interior-exterior”, responsável por produzir os processos de espoliação (2003, p.118).

Para Harvey (2003), alguns dos mecanismos de espoliação permanecem sendo aqueles apontados pela teoria clássica e por Marx, enquanto muitos acompanharam as transformações vividas pelo sistema capitalista e, por conseguinte, sofreram aprimoramentos (2003, p.122). Harvey apoia ainda Luxemburgo ao dizer que os mecanismos de acumulação por espoliação são, muitas vezes, fortuitos e casuais e, por isso, difíceis de se separar das “leis férreas do processo econômico” (2003, p.124). Também na mesma linha de Rosa, acredita que a sua prática seja responsável por solucionar as crises internas da acumulação, na medida em que permite que o capital excedente encontre uma alocação lucrativa nos novos ativos absorvidos a baixos custos. Alternativamente, a queda das barreiras econômicas e financeiras veio a permitir que o mesmo objetivo fosse alcançado através da *desvalorização* em massa destes mesmos ativos, que são vendidos por preços ínfimos e se reinserem na circulação do capital de forma lucrativa. O termo chave para esta compreensão é, portanto, *liberação de ativos*. Sobre isso, Harvey escreve:

> *As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso, com frequência, se resumem os programas de austeridade dos Estados, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito. Pode-se impor pela força externa crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividade capitalista. É nisso que é grande especialista o sistema financeiro internacional, sob a liderança do FMI, com o apoio do poder estatal superior dos Estados Unidos. O resultado é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados ou subvalorizados, em alguma parte, que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que falta oportunidades em outros lugares.* (2003, p.125)

Nos exercícios dos métodos da acumulação primitiva praticados pelo imperialismo, excepcionalmente necessários à geografia histórica do capitalismo, o Estado

desempenharia apoio fundamental, usando seu monopólio da força, da segurança e das definições de legalidade (2003, p.121). Outro poderoso instrumento que pode se enquadrar nesta categoria dos "aprimorados" da acumulação primitiva seriam os instrumentos de crédito e financeiros. Lênin, principalmente, já lhes teria atribuído grande importância, porém, hoje, David Harvey garante que o papel que desempenham é ainda maior, dentro do chamado fenômeno da *financeirização* (2003, p.122). Este permanece sendo um canal facilitador da predação, fraude e roubo, assentado na especulação e no endividamento, possibilitados pela desregulação. (ALMEIDA, 2006).

Posto isso, Harvey (2003) afirma que a política imperialista conduzida pelos Estados Unidos faria uso desta prática deliberadamente, apoiando-se no veículo da Financeirização (2003, p.129). O discurso neoliberal de privatização, de desregulação e flexibilização repetido há décadas seria uma perfeita racionalização, com o auxílio das instituições multilaterais para a política imperialista dos Estados Unidos – desde a abertura forçada de mercados, na condução do comércio exterior de forma unilateral, até o comportamento predatório, irresponsável e aceito do mercado de hipotecas. Harvey (2003) explica:

> *Uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições internacionais é orquestrar as desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral. A mistura de coerção e consentimento no âmbito dessas atividades de barganha varia consideravelmente, sendo contudo possível ver agora com mais clareza como a hegemonia é construída por meio de mecanismos financeiros de modo a beneficiar o hegemon e, ao mesmo tempo, deixar os Estados subalternos na via supostamente régia do desenvolvimento capitalista. O cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado* (HARVEY, 2003, p.126)

David Harvey conclui que a acumulação por espoliação pode ser pensada, assim, como "o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado" (2003, p.128). Esta prática, iniciada no começo da década de 1970, acabaria por trazer consequências como a desindustrialização nos países capitalistas avançados e a vulnerabilidade externa, especulativa e concorrencial, nos países em desenvolvimento (2003, p.128). Harvey (2003) concorda com Hannah Arendt, quando ela diz que os Estados Unidos teriam redescoberto que "o pecado original do simples roubo [...] tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente" (ARENDT *apud* HARVEY, 2003, p.148.) e, por isso o novo imperialismo seria não mais que uma "revisitação do antigo, em tempo e lugar distintos" (HARVEY, 2003, p. 148).

III.2.3 A Coerção Consentida

O último aspecto do levantamento dos instrumentos do novo imperialismo que faz David Harvey (2003) ele chamou de *Coerção Consentida* para ilustrar o tipo de Economia política que os Estados Unidos vêm conduzindo na administração da dinâmica "interior-exterior" de sua hegemonia. Harvey divide a análise, basicamente, em dois períodos: o da hegemonia consensual, identificada com o neoliberalismo, e o da coerção explícita, identificada com o neoconservadorismo, embora ambos os programas ideológicos compartilhem os mesmos objetivos imperialistas e levando em conta que "o poder do *hegemon* é, contudo, derivado de um equilíbrio sempre instável entre coerção e consenso e se exprime por meio dele" (HARVEY, 2003, p.40).

A faceta neoliberal do imperialismo americano teria começado, para Harvey (2003), junto com o processo de financeirização já aludido, quando a economia mundial teve de se reorganizar para enfrentar as crises de sobreacumulação da década de setenta. Em linhas breves, esta época teria sido marcada pela dominação dos mercados financeiros concentrados em Wall Street, com o intermédio de instituições como o FMI, pela

financeirização completa da economia e da exportação deste modelo de acumulação para fora do país, de modo que os outros Estados, a partir do exemplo das principais potências capitalistas, repetissem de forma espontânea suas políticas neoliberais ou eram forçadas a fazê-lo pelas políticas de ajuste estrutural a eles impostas. O Estado Neoliberal teve como principal aliado o instrumento da *acumulação via espoliação* que já vimos no item anterior. Todos recorriam ao *hegemon* norte-americano para a proteção de seus interesses:

> *Os Estados Unidos têm pelo menos de agir de modo a tornar plausível para os outros a alegação de que agem em favor do interesse geral, mesmo quando, como muitas pessoas suspeitam, sua ação é motivada pelo estreito interesse próprio. Essa é a essência da liderança por meio do consentimento.* (HARVEY, 2003, p.41)

Esse período foi permeado por grande volatilidade, crises de crédito e liquidez, abertura dos mercados e subimperialismos. No governo Clinton, "o poder suave[14] era preferido ao poder duro, e o resto do mundo era tratado com tolerância multicultural; a política era realizada antes em termos multilaterais do que unilaterais" (2003, p.15), como aponta Harvey. Também, devido aos males produzidos pelo sistema capitalista, como a pobreza e o aumento da desigualdade, o período foi de forte presença do movimento anti-globalização, reclamando respeito às particularidades de cada país e da condenação das ações predatórias do capital. A crise das "ponto.com" no final da década de noventa veio para reforçar a ideia de que este tipo de imperialismo já estava perdendo sua credibilidade, cada vez mais enfraquecida. Harvey acrescenta que "tendo a ameaça comunista desaparecido por completo, agora é mais difícil de definir e manter o papel de liderança dos Estados Unidos" (2003, p.42). Em 2002, as sugestões de que já se veria contornos de um

[14]O termo *soft power*, em oposição a *hard power*, traduzido como "poder leve" ou "poder brando", foi criado por Joseph Nye, que explica que: "na política é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outro desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. A este aspecto do poder, dou o nome de poder brando. Ele coopta as pessoas, ao invés de coagi-las" (NYE, 2002, p.36)

imperialismo declarado viravam certezas e já eram discutidas abertamente, como mostra o trecho do artigo do *New York Times* abaixo:

> *Toda guerra norte-americana ao terror é um exercício de imperialismo. Isso talvez choque os norte-americanos, que não gostam de conceber seu país como um império, mas que outro nome podemos dar às legiões de soldados, de agentes secretos, de forças especiais espalhadas pelo globo? Os Estados Unidos já não podem favorecer a versão "leve" do império, ou esperar praticá-los sem custo. O país deve estar preparado para assumir um papel mais sério e mais permanente, para manter-se presente, a longo prazo, a fim de concretizar grandes objetivos de transformação* (IGNATIEFF, *The Burden*, New York Times, 5 de Janeiro de 2003 *apud* HARVEY, 2003, p.13)

Harvey (2003) percebe este momento como propício para uma mudança na relação entre as lógicas capitalista e territorial, na qual a primeira abriria mais espaço à atuação da segunda, a fim de formalizar as condições de império. Foi eleito presidente o republicano cristão George W. Bush e a partir de então, pôs-se em prática o programa neoconservador que há muito tempo tentaria sem grande sucesso um espaço na política, cujo objetivo principal seria o estabelecimento da ordem interna e externa, segundo valores morais cristãos, respeitando sempre a democracia e a propriedade privada (2003, p.154). Em 1997, o *Projeto Para o Novo Século Americano*, programa conservador para a política externa, começou a ser implementado e baseava-se em princípios que podem ser extraídos do seguinte trecho, destacado por Harvey (2003):

> *O projeto é dedicado a umas poucas proposições fundamentais: a de que a liderança norte-americana é boa tanto para os Estados Unidos como para o resto do mundo e a de que essa liderança requer força militar, energia diplomática e compromisso com princípios morais* (2003, p.155)

David Harvey considera, portanto, que a eleição de Bush representou uma mudança na forma do imperialismo dos Estados Unidos, com uma clara conversão para a modalidade neoconservadora (2003, p.156). Neste novo governo, Wall Street teria cedido em parte seu lugar ao complexo industrial-militar e a nova palavra de ordem era *segurança*. Mas, para funcionar, este projeto requereria uma base interna forte para apoiar a política externa de liderança a qualquer custo. O episódio de 11 de Setembro de 2001 teria construído, para Harvey (2003), a ocasião ideal para que o governo norte-americano pudesse reunir o apoio da população e o controle interno e praticar sem mais restrições o seu unilateralismo, sob pretexto da defesa do território nacional e de princípios universais, como a liberdade e a democracia. A guerra ao terror foi declarada e apoiada publicamente e o "estilo paranóide"[15] entrou em operação. Assim, a ambição imperial dos Estados Unidos mirou, um a um, os seus objetivos, empreendendo o que para Harvey assemelhava-se a uma cruzada civilizatória, por trás da qual encontrava-se uma intrincada concepção geopolítica que parecia ter o petróleo como alvo maior. Sobre a invasão ao Iraque, considerada por Harvey bastante instrutiva quanto à controversa política externa americana, ele afirma:

> *Os EUA afirmavam ter interesse em estabelecer ali a democracia. Claro que antes o país derrubou o iraniano Mossadegh, democraticamente eleito em 1953, tendo instalado no trono o ditatorial Xá do Irã. Assim, é de presumir que somente governos democraticamente eleitos de certo tipo serão tolerados. Mas, nesse caso, declarar o desejo de democratizar o Iraque e toda a região em que ele se encontra foi uma alegação entre muitas explicações conflitantes dadas para o motivo da importância de estar preparado para ir à guerra* (2003, p.18)

[15] "O "estilo paranóide da política americana" seria caracterizado pelo medo do "outro", como foi o Bolshevismo, o socialismo, o anarquismo, ou simplesmente agitadores externos" (HARVEY, 2003, p.48). Este conceito foi originalmente formulado por Hofstadter, em *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*.

Segundo Harvey (2003), esse não seria o primeiro país membro da OPEP a sofrer algum tipo de constrangimento por parte dos Estados Unidos, como mostra o caso da Venezuela, no golpe que tentou retirar Hugo Chávez do poder. Também faria parte da lista dos possíveis obstáculos ao poder americano o caso chileno de Salvador Allende, problema resolvido em 11 de Setembro de 1973, mais um golpe em que a interferência da CIA teria sido comprovada[16]. Assim, a multiplicação das bases militares norte-americanas garantiria o controle das principais áreas produtoras de petróleo, dando aos Estados Unidos a supremacia econômica que lhe aparentava vir escapando. Afinal, com o controle da oferta global do petróleo que representa o Oriente Médio, Harvey questiona:

> *Que melhor forma de os Estados Unidos evitarem a competição e garantirem sua posição hegemônica do que controlar o preço, as condições e a distribuição do recurso econômico decisivo? Há ainda um outro aspecto militar envolvido: os militares são movidos a petróleo* (2003, p.30).

Além do fator político-econômico que representa o controle energético, David Harvey (2003) traz ainda uma outra questão que, a seu ver, possui enorme peso no trabalho de decantação que faz das razões alegadas e não alegadas da Guerra ao terror[17] – em particular o caso do Iraque -, que chamou de "dialética interna da sociedade civil norte-americana". Segundo Harvey, "há de fato uma longa história de governos com problemas internos que buscam livrar-se de suas dificuldades pela fabricação de ameaças externas com vistas a consolidar solidariedades internas" (2003, p.20). A situação em que se encontravam os Estados Unidos em 2002, teria justificado uma solução radical, como descreve Harvey:

[16] Ver C. JOHNSON, *Blowback: The Costs and Consequences of American Empire, New York*, Henry Holt, 2000, 18p.

[17] Aqui faz-se interessante um paralelo com a metodologia usada por Tucídides, em seu *A História da Guerra do Peloponeso*, em que o autor declara que o papel de sua obra é desvendar as "causas verdadeiras", com o trabalho de separá-las das "causas alegadas" da guerra envolvendo Atenas e Esparta.

A recessão iniciada em 2001 não cedia. O desemprego crescia e era palpável a sensação de insegurança econômica. Os escândalos corporativos se sucediam em cascata e impérios empresariais aparentemente sólidos se dissolviam literalmente da noite para o dia. Erros contábeis (bem como a corrupção pura e simples), e brechas na regulamentação estavam desmoralizando Wall Street, e ações e outros ativos estavam despencando. Os fundos de pensão perderam entre um quarto e um terço de seu valor, e as perspectivas de aposentadoria da classe média sofreram um rude golpe. A assistência médica estava em profunda crise, os superávits dos governos federal, estaduais e locais estavam se evaporando com rapidez e os déficits começaram a aumentar sem cessar. O saldo das operações comerciais com o resto do mundo ia de mal a pior, tendo os Estados Unidos se tornado a maior nação devedora de todos os tempos. A desigualdade social vinha aumentando muito, as proteções ambientais estavam sendo ignoradas e, para completar, o presidente foi eleito pela Suprema Corte, em vez de pelo povo. Às vésperas de 11 de Setembro sua legitimidade era questionada por mais da metade da população. A única coisa capaz de evitar a aniquilação política dos republicanos era a intensa solidariedade (2003, p.20)

Nesse sentido, a eleição de Bush pareceu justamente fornecer a coesão moral e civil que faltava à sociedade americana, que estava no caminho de uma rápida fragmentação e da perda do controle aos interesses privados; como coloca Hannah Arendt, "a possibilidade sempre presente da guerra assegura à Comunidade uma perspectiva de permanência" (2003, p.23) e, ao Estado, a possibilidade de seguir acumulando poder[18]. Ao lado da ainda inconteste força militar americana, esses outros elementos seriam capazes de, juntos, fazer resistência à minguante liderança política e moral do país, garantindo-lhe novamente um domínio global sólido.

[18] Complementando esta idéia, Harvey afirma que "dois princípios cardinais tinham sido definidos no curso da Segunda Guerra e permaneciam, desde então, inscritos em pedra: a ordem social dos Estados Unidos tem de permanecer estável (não serão toleradas radicais redistribuições de riqueza, nem contestações ao controle de classe) e tem de haver uma contínua expansão da acumulação do capital e do consumo doméstico para garantir a paz, a prosperidade e a tranquilidade internas" (2003, p.51)

Partindo destas bases explicativas – dos estágios do imperialismo capitalista aos instrumentos do novo imperialismo –, David Harvey (2003) constrói a sua argumentação evidenciando os cenários externo e interno da política norte americana. Para isso, lança mão de exemplos de fatos em que há um nítido estreitamento das relações entre a grande potência norte-americana e qualquer outro país de relevância numa dada conjuntura, isto é, um país que, de alguma forma, tenha algo a oferecer aos Estados Unidos: desde um mercado consumidor promissor, passando pela posse de um recurso natural cobiçado, até a sombra daquilo que pode vir a tornar-se uma ameaça à sua liderança. Para ele, fica cada vez mais óbvio o grau de penetração que alcançaram os Estados Unidos na ordem global, em cada unidade política do sistema, de empresas multinacionais e órgãos internacionais a Estados clientes.

A exposição das idéias defendidas por Harvey (2003), portanto, evidenciam que o autor acredita que a política das guerras ao terror dos Estados Unidos são um sinal de fraqueza econômica e política da hegemonia americana e que, por serem econômica e retoricamente insustentáveis, consistiria no fator enfraquecedor do poder americano. No seu prognóstico para o futuro do país, Harvey (2003) coloca que "parece haver uma profunda incompatibilidade entre as lógicas capitalista e territorial de poder. Se é assim, ou a lógica territorial vai ter de ceder, ou a lógica capitalista é que terá que fazê-lo, sob pena de enfrentar graves consequências" (2003, p.164), entendendo que "uma vasta drenagem de recursos imposta pela condução mais acentuada do país a uma economia de guerra permanente pode equivaler a uma forma de suicídio econômico para os Estados Unidos" (2003, p.166). Por fim, aponta que um "novo New Deal" poderia apresentar-se como a "única resposta possível", ainda que temporária, para o problema (2003, p.167).

CONCLUSÃO

Discutir o Imperialismo implica necessariamente datá-lo, na medida que as tentativas de interpretá-lo formalmente, como um conceito teórico, tiveram início em princípios do século XX e perduram até hoje. Não é possível, por isso, unificar as teorias do imperialismo numa só e, ao mesmo tempo, respeitar as condições históricas de cada época. Todavia, podemos identificar elementos de continuidade entre o imperialismo contemporâneo e o clássico, a partir da esquematização proposta por Lenin (2008), vista no primeiro capítulo. Os cinco traços fundamentais do imperialismo poderiam ser descritos, em linhas gerais, por: predominância dos monopólios; Hegemonia do capital financeiro; Importância da exportação de capitais; Formação de associações internacionais de monopolistas; Partilha territorial do mundo entre as grandes potências (LEITE, 2010).

As teorias contemporâneas do imperialismo retomam, portanto, cada um destes itens, e desenvolvem suas divergências a partir dos pontos nodais que já apareciam nos clássicos, a saber: (1) O Imperialismo seria um estágio do modo de produção capitalista, uma categoria histórica *ou* uma política de Estado, representante da classe dominante? (2) O Imperialismo teria aprofundado as rivalidades intercapitalistas *ou* o futuro será do ultraimperialismo? (LEITE, 2010).

O propósito deste trabalho foi, assim, em primeiro lugar, apresentar brevemente as discussões em que se inseriram o imperialismo clássico e contemporâneo para, então, confrontar a visão marxista de três autores clássicos escolhidos, Lênin, Bukharin e Rosa Luxemburgo, com a de David Harvey, um dos grandes formuladores marxistas das teorias contemporâneas do Imperialismo, compreendendo as potencialidades e limitações destas contribuições.

As teses que projetavam um fim próximo do capitalismo de Lênin, Bukharin, e Rosa Luxemburgo mostravam-se bastante acuradas para a realidade das guerras interimperialistas e crises do sistema capitalista, que se estende até o fim da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, a metade do século já apontava um caminho que aparentava

seguir na direção das profecias de Kaustky, precisamente quando as teorias clássicas entraram em xeque, em função de um alinhamento dos interesses capitalistas entorno dos Estados Unidos para o combate do seu inimigo comum, o comunismo soviético. Na década de 1990, quando chegou ao fim o período de bipolaridade mundial, parecia não haver mais obstáculos para um mundo capitalista pacífico sob a liderança da superpotência americana e, então "decretou-se o fim da história: iniciava-se o debate teórico do imperialismo contemporâneo" (LEITE, 2010, p.111). No novo contexto de grandes mudanças e inovações, demos destaque à financeirização, fenômeno em que o setor financeiro da economia ganha significância sobre o setor real. Observou-se, a partir daí, décadas marcadas por crises, cujos espaçamentos diminuiam entre uma e outra. Resumindo, o capitalismo parecia não conseguir manter uma trajetória sustentável de crescimento econômico (LEITE, 2010, p.112). Dadas as circunstâncias, uma releitura das teorias clássicas fez-se necessária para a compreensão da atual fase do capitalismo.

Para a teoria clássica de Lênin, Bukharin e Rosa Luxemburgo, "o imperialismo era a resposta do enigma, uma solução finita e, por conseguinte, repleta de suas próprias contradições terminais" (HARVEY, 2003, p. 77); representava a sobrevida do sistema capitalista, cujas práticas imperialistas concentravam-se nas principais potências, sempre numa disputa relativamente equilibrada. David Harvey, por sua vez, tendo estas teorias como referencial, localizou as grandes mudanças do imperialismo contemporâneo na natureza do capital financeiro e - sem contar os praticantes dos subimperialismos dispersos - no surgimento de um isolado protagonista na ordem mundial, um único país imperialista, cujas ambições só parariam na conquista do poder global, que se aparelhou de novos meios de efetuar a acumulação. Porém, Harvey lembra Paul Kennedy quando este adverte, no seu *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, sobre a grande tragédia que lhes estaria reservada: "o excesso de extensão e abrangência tem mostrado repetidamente ser o calcanhar de Aquiles dos Estados e impérios hegemônicos; foi assim para Roma, Veneza, Holanda e Grã-Bretanha" (KENNEDY *apud* HARVEY, 2003, p.38) e, complementa, será para os Estados Unidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Míriam Cléa Coelho. Resenha: **O Novo Imperialismo**. Politéia: História e Sociedade, Vol.6, No 1, 2006. Disponível em:

<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/index>. Acesso em: 21/08/2010

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Imperialismo**: Segunda Fase do Capitalismo. Notas Técnicas, 01/12/2008. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/index.php>. Acesso em: 25/08/2010.

BORÓN, Atílio. A Questão do Imperialismo. In: **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007 ISBN 978987118367-8. Disponível em : http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap. 23.doc

BRAGA, S. Financeirização Global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo Contemporâneo, in Tavares, Eds, **Poder e Dinheiro:** uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, p-195/242, 1997.

BRUNO, M. et all. **Finance-Led Growth Regime no Brasil**: Estatuto Teórico, Evidências Empíricas e Consequências Macroeconômicas. IPEA, 2009.

BUGIATO, Caio. **Teoria do Imperialismo**. Revista de Iniciação Científica da FFC. São Paulo, vol. 7, No. 2, p. 126-139, 2007.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovich. **A Economia Mundial e o Imperialismo.** Tradução de Raul de Carvalho – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

EPSTEIN, G. **Financialization, Rentier Interests, and Central Bank Policy**, manuscript, Department of Economics, University of Massachusetts, Amherst, MA, December 2001.

FONTAINE, Patrick. **Financeirização e seus Impactos para Crescimento do Brasil** :1980-2009. Monografia IE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2010, 52 p.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves – São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss**. Ed. Objetiva, 2001.

LEITE, Leonardo de Magalhães. **Uma Análise das Teorias do Imperialismo Contemporâneo à Luz da Teoria Marxista Clássica do Imperialismo**. Dissertação de Mestrado – Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010, 119 p. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/>

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Tradução de Leila Prado – São Paulo: Centauro Editora (4ª Edição), 2008.

LUXEMBURG, Rosa (1985). **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. 2ª Ed. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

NYE, Joseph. **O Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PATNAIK, Prahbit. ***Notes on Contemporary Imperialism***. Dez. 2010. Disponível em: <www.pragoti.in>. Acesso em: 02/09/2011

ROIO, Marcos Del. **Uma Nota Sobre a Teoria do Imperialismo**. Revista Novos Rumos. São Paulo, No 47, 2006.

VARES, Luis Paulo de Pilla. **Rosa, a Vermelha** – textos escolhidos. São Paulo: Busca a Vida, 1988.